



SIXTY YEARS
FIGHTING
GLOBAL POVERTY

Soberanía Alimentar

Resgatando o sistema alimentar global



War on Want é um movimento de pessoas comprometidas com a justiça global.

Nosso objetivo é um mundo livre da pobreza e da opressão, baseado na justiça social, igualdade e direitos humanos para todos.

Nossa missão é lutar contra as raízes da pobreza e da violação dos direitos humanos, como parte do movimento mundial por justiça global.

Fazemos isto através:

- do trabalho em parceria com movimentos sociais de base, sindicatos e organizações de trabalhadores, visando permitir que as pessoas conquistem seus direitos
- da condução de campanhas populares contundentes contra as origens da pobreza e da violação de direitos humanos
- da mobilização de redes de apoio e construção de alianças para ação política pelos direitos humanos e, particularmente, pelos direitos dos trabalhadores
- da sensibilização do público em geral sobre as origens da pobreza, desigualdade e injustiça e ao incentivar as pessoas a se mobilizarem por mudanças

Junte-se a nós!

O sucesso de nosso trabalho está em inspirar as pessoas a aderirem à luta contra a pobreza e o abuso aos direitos humanos. Existem três maneiras simples de você fazer doações e juntar-se ao movimento:

Telefone (0044) (0)20 7324 5040

Internet www.waronwant.org/support-us

Correio War on Want
44-48 Shepherdess Walk
Londres NI 7JP
Inglaterra, Reino Unido

O escândalo da fome mundial envergonha a humanidade. O fato de que exista um número recorde de pessoas classificadas como famintas em um momento no qual há uma riqueza mundial sem precedentes desafia o próprio conceito de progresso humano. Além disso, há um crescente consenso de que a crise do sistema global de alimentos é resultado de escolhas políticas que favorecem interesses de corporações enquanto condenam centenas de milhões de pessoas ao desalento. Este sistema está falido e precisa ser mudado.

A War on Want está comprometida com a luta contra a fome mundial desde sua fundação há 60 anos. Nosso trabalho tem como objetivo desafiar as causas originárias da crise, especialmente no nível político, e apoiar esforços direcionados a soluções positivas que sejam socialmente justas, assim como ambientalmente sustentáveis. A War on Want estabeleceu parcerias duradouras com movimentos de agricultores ao redor do mundo para promover o modelo da soberania alimentar como uma alternativa viável ao sistema agroalimentar vigente.

O modelo de soberania alimentar posiciona-se firmemente em contraste ao conceito de "segurança alimentar" que domina as reações oficiais às crises de fome mundiais. O governo do Reino Unido, em particular, tem defendido uma variante extrema da idéia de segurança alimentar baseada no mito de que o livre comércio e o mercado global irão saciar as necessidades de populações que perderam a capacidade de produzir seus próprios alimentos. A explosão dos preços, as revoltas por comida e os níveis recordes de famintos em anos recentes demonstram a urgente

necessidade de um novo paradigma para substituir essa abordagem falida.

Este relatório apresenta os princípios básicos que sustentam a soberania alimentar. Ele também apresenta uma série de estudos de casos que demonstram como agricultores já estão implementando estes princípios com sucesso em suas próprias comunidades ao redor do mundo. Os parceiros da War on Want – agricultores do Brasil, Sri Lanka e Moçambique – têm desenvolvido o uso da agroecologia, com protagonismo das comunidades, de modo a oferecer soluções práticas contra a ameaça da fome. Ademais, este relatório apresenta um exemplo paralelo de resistência à agricultura corporativa a partir da primeira fazenda comunitária do Reino Unido.

Bem como o trabalho em parceria com movimentos de agricultores no hemisfério sul¹, a War on Want também está comprometida com a construção do movimento pela Soberania Alimentar na Europa. Nos orgulhamos por ter coordenado a delegação britânica que participou do primeiro Fórum Europeu pela Soberania Alimentar em Krems, Áustria, em agosto de 2011. Continuaremos a trabalhar com todos aqueles que buscam alternativas positivas e sustentáveis no hemisfério norte, assim como no hemisfério sul. O escândalo representado pela fome mundial é uma prova da falência do sistema alimentar capitalista. Chegou a hora da soberania alimentar.



John Hilary
Diretor executivo
War on Want

03 **Resumo**

05 **1. Introdução: Um sistema alimentar em crise**

08 **2. A expansão do capitalismo corporativo**

- 2.1 A Revolução Verde
- 2.2 Mudanças na dieta global
- 2.3 Lavouras transgênicas
- 2.4 Extrair o lucro
- 2.5 A grande usurpação de terras
- 2.6 O planeta sitiado

26 **3. Soberania Alimentar: a alternativa positiva**

- 3.1 Segurança Alimentar x Soberania Alimentar
- 3.2 Agroecologia em ação

32 **4. Agroecologia no Brasil**

- 4.1 As cooperativas da Fazenda Pirituba

36 **5. “Agricultura natural” no Sri Lanka**

- 5.1 A ameaça do turismo
- 5.2 Autonomia baseada na comunidade

40 **6. Agricultura coletiva em Moçambique**

- 6.1 Mobilização pela Soberania Alimentar
- 6.2 Resgatando o conhecimento tradicional

45 **7. Agricultura comunitária na Grã Bretanha**

- 7.1 Fazenda Fordhall, Shropshire

49 **8. Conclusões**

Em 2009, pela primeira vez na história da humanidade, mais de um bilhão de pessoas foram oficialmente classificadas como famintas. Conforme anunciado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), este número recorde não foi consequência de colheitas mal sucedidas ou desastres naturais. A fome nessa escala é o resultado de uma economia global na qual centenas de milhões de pequenos agricultores, pescadores, pastores e povos indígenas estão sendo arruinados através da apropriação do sistema alimentar pelo agronegócio e grandes varejistas de alimentos.

A crise no sistema alimentar global origina-se na expansão do capitalismo corporativo. Esta expansão não tem apenas causado a saída forçada de milhões de famílias camponesas de suas terras, mas também está transformando completamente a maneira como os países praticam a agricultura. Muitos sistemas agrícolas locais converteram-se à agricultura voltada à exportação, ao mesmo tempo em que os países foram obrigados a abrir seus mercados aos alimentos importados, que incluem os produtos despejados pelas empresas americanas e europeias com valores inferiores ao custo de produção. Como resultado, milhões de pequenos agricultores estão assistindo seu modo de vida ser destruído.

O principal veículo para conseguir transformar a agricultura no hemisfério sul foi a Revolução Verde, que trouxe enorme lucro para as corporações envolvidas, mas aumentou o número de pessoas famintas. A produção per capita de alimentos cresceu 8% na América do Sul e 9% no sul asiático entre 1970 e 1990, porém a quantidade de pessoas famintas aumentou nestas regiões (19% e 9% respectivamente), ambas alvos-chave das novas tecnologias. Esta história repetiu-se em outros países ao redor do mundo.

A origem da crise alimentar global pode ser encontrada em um sistema criado para garantir o lucro das corporações ao invés de suprir as necessidades das pessoas. No entanto, existe uma alternativa positiva: o modelo da soberania alimentar, “o direito das pessoas a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos de forma ecologicamente correta e métodos sustentáveis, além do direito à escolha dos seus próprios alimentos e sistemas de agricultura”.

A soberania alimentar requer uma reforma agrária que contemple pequenos produtores e sem-terra; uma reorganização do comércio mundial de alimentos focada no mercado local e na auto-suficiência; controle muito maior sobre as corporações transnacionais de alimentos, além da democratização de instituições financeiras internacionais. Esta visão defende um mundo no qual as decisões sobre a maneira de cultivar, processar e comercializar os alimentos são resgatadas das mãos do capital e são devolvidas às pessoas.

O principal fundamento através do qual a comunidade internacional decidiu tratar os escândalo global da fome é o da “segurança alimentar”. Esta é uma resposta deplorável ao perverso sistema alimentar atual. Trata a questão da fome como problema do bem-estar social que pode ser resolvido simplesmente pela entrega de mais comida. Deixa de reconhecer que a fome é essencialmente um problema político que somente pode ser resolvido a partir de transformações no equilíbrio de poder. Ao fim, a abordagem da segurança alimentar é uma defesa do *status quo*.

O Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID, sigla em inglês) há muito tempo vem defendendo um modelo de segurança alimentar baseado no mercado livre, tecnologias pertencentes às

corporações e amplo controle privado da produção e distribuição de comida. As diretrizes do DFID no documento Building Our Common Future (“Construindo nosso futuro conjunto”), de 2009, buscaram aprofundar estas políticas através de uma nova parceria com a Aliança para a Revolução Verde na África, que tornaria os agricultores mais dependentes das sementes e agroquímicos produzidos por poucas e poderosas corporações. Em resposta à escalada dos preços de gêneros alimentícios em 2008, entre os líderes do G8, o governo do Reino Unido foi um dos principais proponentes da remoção de restrições à exportação e fortalecimento do papel do mercado livre no sistema alimentar, apesar do conhecido dano que isto causaria.

Na busca da alternativa positiva representada pela soberania alimentar, camponeses ao redor do mundo estão desenvolvendo suas próprias formas de agricultura sustentável. Estas formas podem ser expressivamente mais produtivas que a agricultura industrial, além de oferecer uma solução certa ao crescente desastre causado pela agricultura

intensiva ao emitir gases responsáveis pelo efeito estufa. No Brasil, Sri Lanka e Moçambique, como este relatório descreve, os parceiros da War on Want estão apoiando comunidades a aplicar os princípios da soberania alimentar na produção de alimentos e a retomarem o controle de suas vidas.

Entretanto, a soberania alimentar envolve muito mais do que a produção de comida. Ela implica em uma mudança radical na maneira como a sociedade é organizada, retirando o poder das elites locais que frequentemente estão associadas ao capital corporativo, devolvendo-o ao povo. Assim, as próprias comunidades camponesas terão o controle de suas terras e o poder de decisão sobre o que será cultivado e de que maneira. Significa impulsionar mudanças nas políticas macroeconômicas para que a produção nacional de alimentos possa ser protegida da competição injusta com alimentos importados. A soberania alimentar é uma parte integral do processo de construção da democracia participativa, a demonstrar que outro mundo é possível.



Em 2009, pela primeira vez na história da humanidade, mais de um bilhão de pessoas foram oficialmente classificadas como famintas. Conforme anunciado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), este número recorde não foi consequência de colheitas mal sucedidas ou desastres naturais.² A fome nessa escala é o resultado de uma economia global na qual centenas de milhões de pequenos agricultores, pescadores, pastores e povos indígenas estão sendo arruinados através da apropriação do sistema alimentar pelo agronegócio e grandes varejistas de alimentos.

- Hoje, apesar da riqueza mundial sem precedentes, uma em cada sete pessoas vão dormir com fome.³
- Em 2010, as quatro maiores empresas agroquímicas no mundo e as três maiores comerciantes de grãos obtiveram lucros de mais de US\$20 bilhões.⁴ Esta soma seria o suficiente para assentar 20 milhões de famílias, cada uma em seu pedaço de terra, resolvendo permanentemente seu problema de fome.⁵
- No trajeto entre as fazendas e os comerciantes, processadores de alimentos, lojas e supermercados, o sistema industrial de alimentos desperdiça entre um terço e metade de tudo que produz. Esta quantidade é seis vezes o suficiente para alimentar as pessoas que estão passando fome no mundo.⁶
- O sistema industrial de alimentos é responsável pela expulsão de milhões de pequenos agricultores de suas terras, exacerbando a pobreza rural.
- Na Índia, cerca de cento e cinquenta mil agricultores já cometeram suicídio, sobrecarregados por dívidas acumuladas após a adoção de técnicas insustentáveis e dispendiosas.⁷
- Anualmente, como resultado da severa degradação e em boa medida devido a práticas agrícolas insustentáveis, até dez milhões de hectares de terras agricultáveis são perdidas em todo o mundo.⁸
- O sistema industrial de alimentos é responsável por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa produzidos pelo homem, o que está destruindo o nosso planeta.⁹

Os setores mais abastados nunca antes tiveram tantas opções. Ao longo do ano, todos os gêneros alimentícios concebíveis estão disponíveis nos grandes supermercados ao redor do mundo. Pessoas se irritam quando não conseguem encontrar o item específico que estão buscando, mesmo quando procuram frutas ou verduras que não crescem em seu próprio país. Entretanto, em meio a esta abundância existem claros sinais de que o sistema industrial de alimentos está política, social e ecologicamente falido. Trata-se de um sistema em crise.

Cerca de 2,5 bilhões de pessoas ao redor do mundo – homens, mulheres e crianças – vivem da terra, cultivando lavouras, criando animais e pescando.¹⁰ Muitos destes agricultores são pequenos produtores que vêm agregando conhecimento àquele adquirido pelos seus antepassados ao longo de séculos. No entanto, cada vez mais eles estão sendo expulsos da terra por um sistema agroindustrial que enxerga a produção de alimentos como mais uma fronteira econômica a ser conquistada na

busca pelo lucro, liderado por grandes corporações.

As corporações procuram fazer dinheiro ao longo de toda a cadeia alimentar, do comércio de sementes, agrotóxicos e fertilizantes até a venda de alimentos nos supermercados.¹¹ Mesmo as pesquisas agrícolas, antigamente direcionadas a ajudar os agricultores a se tornarem mais produtivos, têm sido privatizadas, seu foco deslocado à produção de tecnologia que possa gerar lucros para as corporações. O principal motivo pelo qual os transgênicos ou organismos geneticamente modificados (OGM) foram desenvolvidos não foi para aumentar o rendimento das safras, como alegam as corporações; ao invés, foi para controlar os agricultores. Com os OGMs, os agricultores são obrigados a comprar da mesma corporação um “pacote” de sementes, herbicidas, etc., à crédito.

Esta expansão da agricultura industrial está sendo facilitada por políticas de livre comércio, frequentemente impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países. Estes acordos fazem com que seja extremamente difícil para os governos proteger seus produtores e prevenir a usurpação das terras por estrangeiros. Em alguns casos, grandes corporações usurpam as terras para si, expulsando os moradores originais, e implantam monoculturas enormes, altamente mecanizadas. Mais frequentemente, no entanto, as corporações obrigam os agricultores locais a produzirem as lavouras ou criarem os rebanhos para elas, transformando-os em um novo tipo de trabalhador contratado. Isso significa que as corporações obtêm as *commodities* que elas precisam, enquanto transferem todo o risco da produção aos agricultores locais.

Instituições financeiras também têm se beneficiado da expansão da agricultura industrial e do aumento no comércio

mundial de *commodities*. Bancos, *hedge funds*¹², fundos de pensão e outros investidores têm descoberto que a natureza desregulada dos mercados financeiros significa que é possível gerar lucros enormes pela especulação sobre preços futuros de alimentos. Assim como as corporações, o desejo primordial é maximizar os lucros: poucas são as preocupações com o impacto de suas atividades sobre as pessoas e comunidades, biodiversidade e saúde do planeta.

A expansão da agricultura industrial está levando a uma assustadora perda de biodiversidade. Ao lançar a terceira edição da Global Biodiversity Outlook da ONU, Ahmed Djoghlaif, Secretário Executivo da Convenção sobre a Diversidade Biológica, afirmou: “As notícias não são boas. Continuamos perdendo biodiversidade em um ritmo jamais visto na história: as taxas de extinção podem estar mil vezes mais elevadas do que a taxa de fundo histórica”. O relatório confirma que a destruição de habitats devido à agricultura e à gestão de florestas de maneira insustentável é a maior causa de extinção de espécies e adverte que as chances de perdas adicionais de biodiversidade massivas aumentam cada vez mais, e ecossistemas importantes, como a floresta Amazônica e lagos de água doce em diversas partes do mundo podem ser empurrados para além do limite, a partir do qual a recuperação poderá ser difícil ou impossível. A perda continuada da biodiversidade, avisa, não pode mais ser vista como questão separada, mas sim como questão intrinsecamente relacionada à garantia de prosperidade e segurança das gerações presentes e futuras.¹³

Uma das alegações mais comuns feita pelas corporações é que, para se alimentar, o mundo necessita de seu conhecimento especializado, particularmente no uso de novas tecnologias, como é o caso dos Organismos Geneticamente Modificados

(OGM). No entanto, a asserção por trás da pergunta é simplesmente falsa. A realidade é que produzimos comida em quantidades mais do que suficientes para alimentar nove bilhões de pessoas (dois milhões a mais do que a população mundial atual) e provavelmente o suficiente para alimentar 15 bilhões, pois comemos, no máximo, somente metade daquilo que produzimos. Uma parte da comida perde-se durante o transporte por longas distâncias. O maior desperdício, porém, ocorre em seguida (ao menos em países ocidentais), quando o alimento chega ao consumidor: cerca de um quarto da comida comprada acaba sendo descartada.¹⁴

Acima de tudo isso, grande parcela de safras como as de soja e de milho é destinada à alimentação animal para produção de carne. É sabido, há muito tempo, que está é a maneira mais ineficiente de produzir comida para consumo humano, já que é necessário sete quilos de grãos (e enorme quantidade de água) para produzir um único quilo de carne vermelha.¹⁵ 70% das terras agriculturáveis do mundo já estão voltadas à pecuária; projeta-se que a produção mundial de carne irá dobrar até 2050, passando das 229 milhões de toneladas atuais para 465 milhões de toneladas. A expansão da pecuária é um fator-chave para o desflorestamento, especialmente na América Latina. 70% das terras anteriormente florestadas na Amazônia foram substituídas por pastagens, enquanto cultivos

para rações cobrem grande parte do restante. A atividade pecuária é responsável por 18% das emissões mundiais de gases do efeito estufa, mais que todas as formas de transporte unidas.¹⁶

O principal motivo pelo qual as pessoas passam fome é que elas não têm terra suficiente para cultivar seus alimentos ou não ganham o suficiente para comprar comida. Contudo, alternativas existem. Ao longo dos últimos anos um novo movimento global tem surgido para desafiar o sistema alimentar corporativo por meio do modelo da soberania alimentar.

Este relatório da War on Want examina, inicialmente, como o sistema alimentar industrial emergiu e como ele funciona na prática. Em seguida introduz os fundamentos da soberania alimentar de forma mais completa, contrastando-os com o modelo falido da "segurança alimentar" que tem sido até o momento a opção predileta da maioria dos governos do hemisfério norte (e algumas ONGs). Finalmente, o relatório apresenta várias iniciativas de base que estão sendo desenvolvidas por organizações parceiras da War on Want no Brasil, Sri Lanka e Moçambique, assim como um exemplo paralelo do Reino Unido, para demonstrar que a soberania alimentar é uma alternativa real e praticável que pode ser adotada ao redor do mundo.

2 O capitalismo corporativo

08

A crise do sistema mundial de alimentos tem sua origem, juntamente com tantas outras mazelas do mundo, na expansão do capitalismo corporativo. Na década de 1970 muitas corporações nos Estados Unidos e na Europa ocidental se viram em grave situação de superprodução. Embora o crescimento do consumo no período pós-guerra tenha sido grande, não foi o suficiente para absorver tudo que as corporações produziam. Para que continuassem a crescer, precisavam expandir-se de forma muito mais agressiva pelo resto do mundo.

Ao mesmo tempo, muitos países no hemisfério sul haviam ficado presos em crises acarretadas por dívidas externas, causadas em parte por empréstimos excessivos feitos por bancos americanos e europeus. A “solução” criada pelas instituições financeiras mundiais foi a abertura do mercado dos países em desenvolvimento aos produtos e investimentos estrangeiros,

em troca de injeções de dinheiro de fundos emergenciais. As corporações multinacionais ganhariam novos mercados e os países em desenvolvimento aumentariam suas exportações de modo a pagar os empréstimos e evitar a moratória, algo que custaria caro ao sistema financeiro mundial. O instrumento para impor essas políticas foi o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) que forçou os países do hemisfério sul a reduzirem o papel do estado através de privatizações e da desregulamentação, enquanto o comércio seria liberalizado pelo desmantelamento de “barreiras” comerciais, como as cotas e tarifas para a importação além de reorientar suas economias nacionais para atender à economia global.¹⁷

Como resultado de uma maior ênfase dada sobre o que ficou conhecido como o desenvolvimento baseado em exportações, os governos introduziram incentivos fiscais para encorajar empresas a entrarem em zonas especiais de exportação agrícola, nas quais a

MÉXICO: UMA CRISE EM ANDAMENTO

Em janeiro de 2003, organizações camponesas, apoiadas por sindicatos, universidades e grupos da sociedade civil foram em passeata até a praça central, Zócalo, na Cidade do México. Os quase cem mil manifestantes exigiam duas ações do governo: que renegociasse o ponto acerca da agricultura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), e que se comprometesse com um programa de desenvolvimento rural novo e de longo alcance. O mote dos manifestantes era: “o campo não aguenta mais”. A mobilização foi sinal de que havia uma grave crise no setor rural do país; os agricultores rejeitaram veementemente a idéia de que a produção de alimentos para o mercado

local deveria estar sujeita às regras de livre comércio.²⁰

A enorme manifestação não convenceu o governo a mudar de política. Embora o NAFTA tenha enriquecido bastante alguns poucos, foi um desastre para os camponeses e pobres do meio rural. A agricultura deixou de empregar 8,1 milhões de pessoas no começo da década de 1990 para empregar 6 milhões em 2006. Uma perda de 2,1 milhões de empregos que foi primordialmente causada pelo NAFTA.²¹ O êxodo e a destruição de várias antigas comunidades rurais contribuíram para ampla desintegração social e política do México nos últimos anos.

produção seria canalizada exclusivamente para o mercado mundial. Por exemplo, em 2001 o governo indiano montou 60 zonas de exportação agrícola que produzem quarenta *commodities* agrícolas, desde mangas e lichias ao arroz basmati e cominho.¹⁸ Estas zonas foram duramente criticadas por lideranças de agricultores que defendem que o governo deveria ter utilizado terras inférteis ao invés de se apossar de terras ricas que já eram utilizadas para produzir alimentos destinados ao mercado doméstico. Também se indignaram com a expulsão de um grande número de pequenos agricultores de suas terras para que essas zonas pudessem ser implementadas.¹⁹

As mudanças impostas sobre países individuais pelos PAEs do FMI foram exacerbadas por mudanças nas regras que regem a economia global. No início de 1995 entrou em vigor um extensivo Acordo Agrícola negociado como parte da Rodada do Uruguai pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a organização

internacional que promove a liberalização do comércio. Segundo o acordo, os países tinham que comprometer-se a reduzir tarifas que incidem sobre alimentos importados e a abolir os subsídios dados às comunidades agricultoras. Estas diretrizes prescritas foram reforçadas por uma enxurrada de acordos bilaterais de livre comércio que também obrigaram os países a abrirem seus mercados a produtos importados. Um dos primeiros acordos deste tipo foi o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) entre os EUA, Canadá e México que passou a valer em 1994. Conforme os movimentos sociais haviam alertado durante suas campanhas para impedir que o governo mexicano se juntasse ao NAFTA, a exposição dos camponeses do México aos produtos importados das maiores e mais ricas empresas agrícolas tem sido catastrófica (ver quadro).

Esta profusão de acordos e políticas promoveu grande crescimento do comércio mundial, o que foi má notícia para pequenos e

Os fazendeiros americanos são beneficiados por subsídios de bilhões de dólares que compõem um estrondoso 40% da renda líquida das fazendas. Isso significa que eles podem exportar suas safras a preços muito abaixo do custo de produção, e ainda ter lucros. O nome em inglês dado a esta prática é *dumping* (despejo) e, pelas regras da OMC, é ilegal. Ao mesmo tempo, o México foi obrigado pelo FMI a cortar quase todos os seus programas de apoio à agricultura e manter as taxas de juros domésticas em um nível muito mais elevado do que os EUA.

Anteriormente autosuficiente em alimentos, agora o México importa 40% do alimento que consome.²² Parte do milho importado dos EUA é transgênico e variedades nativas já

foram contaminadas.²³ As consequências práticas são alarmantes, pois significa que o mundo poderá estar perdendo variedades com características como a resistência à seca, algo que poderá ser necessário uma vez que o planeta começa a esquentar.

O México foi o primeiro país a produzir o milho. O milho sempre foi a base alimentar e está no centro das ricas tradições culturais indígenas do país. Por este motivo, quando o milho americano foi despejado no mercado doméstico, a sobrevivência da produção nacional parecia incerta. Isso representou um golpe não somente contra milhares de camponeses mas também contra a própria identidade cultural do país.



HAITI: ESTADO FALIDO

10

Com uma renda per capita de menos de um dólar por dia, o Haiti é o país mais pobre das Américas. Até a década de 1980, era autosuficiente em alimentos, produzindo arroz, feijão, milho, batata doce e mandioca em quantidade suficiente para alimentar a população local. Contudo, após a derrubada do governo do ditador Duvalier em 1986, o Haiti começou a liberalizar a sua economia.

“O FMI e o Banco Mundial decretaram que tínhamos que aplicar o ajuste estrutural”, disse Camille Chalmers da Plataforma Haitiana em Defesa de um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA, sigla em francês). “Nos disseram que éramos vizinhos do maior produtor agrícola do mundo, então não havia motivo para produzir nossa própria comida, já que poderíamos comprá-la dos EUA por preços baixos. Ao invés de praticar a agricultura, os camponeses deveriam ir à cidade para vender seu trabalho às indústrias têxteis e eletrônicas americanas, voltadas à exportação”.

Rizicultores foram severamente atingidos. Até a década de 1980 o Haiti

produzia arroz o suficiente para alimentar sua população; chegando no final da década de 1990, as importações de arroz haviam superado a produção doméstica. Muitos rizicultores foram levados à falência. Junto com eles, muitos comerciantes locais e moleiros.

Outros também sofreram o impacto. Antes da liberalização do comércio, o país possuía uma próspera indústria de aves domésticas. Cerca de 6 milhões de ovos eram chocados por ano fazendo com que os criadores de galinha comprassem toneladas de milho local. Repentinamente, o mercado foi inundado com cortes de frango e peru extremamente baratos. Eram sobras da produção americana, pois consumidores americanos só comem peitos e coxas de cor clara. “Diretamente e indiretamente, quando a indústria de aves acabou, perdemos dez mil empregos”, declarou um membro da já padecida Associação de Produtores Agrícolas a um jornalista; “em 1998, tudo já tinha acabado”.

Na esteira do terremoto devastador que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, a PAPDA reivindica novas políticas

médios agricultores pelo mundo que, em geral, produziam alimentos básicos para seus mercados domésticos. Alimentos baratos importados, como arroz e milho dos EUA, foram descarregados nesses mercados, custando menos que o seu custo de produção. Por todo o mundo, milhões de pequenos produtores viram seus meios de vida serem destruídos.

O que está por trás do modelo de livre comércio voltado à exportação é o flagrante auto-interesse das corporações multinacionais conduzidas pela sua obsessão pela maximização dos lucros. Isso se torna nítido quando se examina a maneira brutal

pela qual estas políticas são implementadas nos países mais fracos do mundo. O Haiti é um exemplo chocante de como estas políticas podem destruir os alicerces de um país – seus agricultores camponeses – e reduzi-lo a um estado falido (ver quadro).

2.1 A Revolução Verde

A expansão do capitalismo corporativo para o hemisfério sul não somente levou à expulsão de milhões de famílias camponesas de suas terras, mas também está transformando a própria maneira como os agricultores produzem. Em um processo que está longe de ser concluído, as corporações

radicais. Querema “ruptura com o modelo neoliberal de desenvolvimento; ruptura com a exclusão; ruptura com o imperialismo; e ruptura com o estado centralizador”. A reconstrução deve mobilizar quatro importantes forças sociais: as mulheres, o campesinato, a juventude e os artistas e artesãos, diz o PAPDA.

Doudou Pierre, membro do Movimento Nacional de Camponeses do Congresso de Papaia (MNPCKP, sigla em francês), descreve o modelo alternativo. Ele sustenta que a agricultura no Haiti deve recomeçar baseada em dois princípios. Um é a soberania alimentar, o que significa produzir internamente a maioria da comida do país: “Poderíamos produzir pelo menos 80% do que comemos aqui”. O segundo princípio é a reforma agrária integrada: “Não podemos falar em soberania alimentar se as pessoas não têm terra. Nosso plano é retirar a terra dos grandes proprietários e entregá-la aos camponeses para que possam trabalhar”. E, uma vez que tiverem

terra, os agricultores precisarão de apoio governamental. “O Estado tem que nos dar crédito, apoio técnico e nos auxiliar com o armazenamento e gerenciamento de água”.

Uma vez que essas mudanças estruturais estiverem implementadas, há diversas propostas sobre como promover a agricultura camponesa. Uma proposição seria os apoiadores internacionais garantirem a compra de toda a safra haitiana de arroz a preços pré-combinados, pelos dois anos seguintes. Com esse incentivo, produtores locais poderiam aumentar em muito a sua produção. Assim, o setor camponês devastado estaria a caminho da recuperação. Outro grupo reivindica que o governo compre de pequenos produtores todo o alimento para as merendas escolares. Não obstante, nada disso está acontecendo. O Haiti dependente mais do que nunca de doações e caridades. Está rapidamente virando um “estado falido”, com todo o caos, violência e falta de leis que isso implica.²⁴

multinacionais buscam controlar a produção de alimentos das comunidades locais e dos governos nacionais e transformá-la em um mecanismo para obtenção de lucros para elas e seus acionistas.

O principal meio utilizado para assumir esse controle foi a muito alardeada Revolução Verde. A gênese desta revolução é, por si própria, um exemplo interessante da maneira como, mesmo meio século atrás, interesses geopolíticos nacionais e a agenda corporativa estavam intimamente conectados. Nos primeiros anos logo após a Segunda Guerra Mundial, os EUA haviam distribuído uma parte de suas colheitas excedentes,

especialmente o trigo, como ajuda alimentar para países do hemisfério sul. Fazia parte de sua estratégia da Guerra Fria para manter os países em desenvolvimento dentro de sua esfera de influência e de impedi-los de desenvolver relações de proximidade com a União Soviética. Mas na década de 1970 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou o preço do petróleo no mercado mundial e os EUA descobriram uma utilização nova, e, na sua perspectiva, mais recompensadora, para o seu trigo excedente: trocá-lo por petróleo da União Soviética.²⁵

Isto significou que outra maneira tinha

que ser encontrada para impulsionar o fornecimento de alimentos ao hemisfério sul. Esta agenda coincidiu perfeitamente com as necessidades das corporações agroquímicas que haviam sido criadas em meados do século XX, em um momento de grandes mudanças tecnológicas no setor agrícola. As corporações haviam descoberto que processos químicos utilizados durante a Segunda Guerra Mundial para produzir explosivos e gases que agiam sobre o sistema nervoso podiam ser reorientados para a fabricação de fertilizantes e agrotóxicos sintéticos que em muito aumentariam a produtividade no campo. Ao mesmo tempo, fabricantes começavam a produzir eficiente maquinário de grande porte, o que significou que os fazendeiros poderiam reduzir seus custos cultivando grandes campos com um único cultivo (monoculturas) com poucos trabalhadores.

Houve também novos desenvolvimentos na tecnologia das sementes. Agricultores selecionam e cruzam plantas há séculos, buscando as sementes das plantas com as características mais desejáveis e plantando-as no ano seguinte; mas na década de 1930, produtores descobriram como criar um híbrido de duas variedades, o que impulsionaria as safras. Esta foi uma descoberta impressionante, mas para os fazendeiros havia uma desvantagem: os híbridos perdem seu “vigor” no ano seguinte, com grande queda nas colheitas. Ao invés de guardar as sementes da colheita para plantar no próximo ano, como haviam feito há milênios (e continuam fazendo em muitos países do hemisfério sul), estes produtores se viram obrigados a comprar novas sementes híbridas a cada nova temporada de plantio.

O que era desvantagem para os agricultores foi uma grande oportunidade comercial para as corporações agroquímicas, pois possibilitou uma extensão de seu controle

sobre a agricultura. A hibridização não foi o único desenvolvimento agrônômico na época, e possivelmente não foi o mais promissor, mas foi o que mais claramente beneficiou as corporações. A *Pioneer Hi-Bred*, a primeira empresa a fabricar milho híbrido, desfrutou de sucesso estrondoso. Desde então, as corporações têm aproveitado sua posição vantajosa, cuidadosamente desviando pesquisas agrícolas do intuito de fornecer serviços públicos e gratuitos para o desenvolvimento de produtos que possam ser patenteados e comercializados.

Já na década de 1970, as corporações haviam saturado o mercado dos EUA e da Europa ocidental, e almejavam expandir-se para o resto do mundo. Isso levou a um ambiente muito propício para a difusão da nova tecnologia para o hemisfério sul, já eufemisticamente apelidada de Revolução Verde. As corporações surgiram em profusão, trabalhando em parceria com as elites locais, persuadindo milhares de agricultores, geralmente os fazendeiros maiores, a aceitarem “pacotes” de crédito, fertilizantes e agrotóxicos. Tudo parecia um sucesso estrondoso. De 1970 a 1990, as duas décadas da disseminação mais veloz da Revolução Verde, o total de comida disponível por pessoa no mundo subiu em 11%. O número estimado de pessoas passando fome caiu de 942 milhões a 786 milhões, uma queda de 16%.

Os lucros das corporações saltaram, especialmente os dos fabricantes de agrotóxicos, como a *Bayer*, a *Syngenta*, a *Monsanto* e a *Dupont* (que posteriormente adquiriu a *Pioneer Hi-bred*). Na verdade, o número de pessoas famintas aumentou durante a Revolução Verde. A produção de comida per capita cresceu 8% na América do Sul e 9% no sul asiático entre 1970 e 1990, porém a quantidade de pessoas famintas aumentou nestas regiões (19% e 9%

respectivamente), ambas alvo das novas tecnologias. Os números que mostravam que a população faminta ao redor do mundo havia diminuída na verdade devem-se às realizações da China, que não havia seguido as políticas da Revolução Verde. Excluindo a China da equação, o número de famintos no mundo aumentou 11%.²⁶

Não fosse o aumento na produtividade viabilizado pela Revolução Verde, muitos países (como o Brasil) seriam forçados a redistribuírem a terra dos grandes latifúndios improdutivos para os pequenos agricultores, pois esta seria a única forma de garantir um suprimento alimentício regular às crescentes populações urbanas.²⁷ Em outras palavras, a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista teria demandado a reforma agrária. Isso mudou com a Revolução Verde, pois a teoria propunha que relativamente poucos grandes fazendeiros poderiam produzir o suficiente para alimentar as grandes cidades. Pequenos agricultores que não conseguiam competir com os baixos preços desses cultivos comerciais migraram aos milhares para as cidades.

Mesmo nos anos iniciais existiam sinais de que, a despeito do *boom* em produtividade, a agricultura industrial não era viável socialmente ou ambientalmente. Com o crescimento da desigualdade de rendas rurais, a terra e os recursos ficavam cada vez mais concentrados.²⁸ Os agrotóxicos envenenavam grande quantidade de trabalhadores rurais. Os fertilizantes poluíam os rios e lençóis freáticos. A vida silvestre e a biodiversidade estavam sendo dizimadas. Solos tropicais frágeis estavam sendo erodidos.²⁹ Colheitas produzidas em monoculturas eram alvo fácil para as pragas. No entanto, ao invés de questionar a viabilidade no longo prazo das tecnologias que vinham fabricando, as corporações logo culpavam os agricultores por aplicarem incorretamente as novas

técnicas. Para problemas que não podiam ser renegados tão prontamente, as corporações encontraram uma solução técnica, uma reação que elas vêm empregando repetidamente. Por exemplo, elas mantêm que o problema da proliferação de pragas em monoculturas pode ser resolvido através do uso de mais agrotóxicos, ignorando o fato que as pragas por sua vez desenvolverão resistências aos novos produtos.³⁰

2.2 Mudanças na dieta global

As corporações perceberam que, para manter o crescimento da demanda pelos seus produtos, alterar os modos de cultivo dos agricultores não seria o suficiente; seria também necessário alterar o que as pessoas comem. Um dos primeiros produtos a ser promovido nessa ofensiva alimentar foi a soja. Os chineses consomem essa semente oleaginosa de forma fermentada há cinco mil anos, porém o seu uso foi transformado pela agricultura industrial.

A soja foi introduzida primeiro nos Estados Unidos como resposta a uma crise ecológica e agrária (uma cruel ironia, tendo em vista os danos causados por plantações de soja industriais sobre preciosos ecossistemas, como na bacia Amazônica). Na década de 1930, as pradarias dos Estados Unidos foram devastadas por severas tempestades de poeira, causadas por secas, agricultura extensiva sem rotação de cultivos e aração muito profunda da camada superficial (que havia deslocado as gramíneas naturais de raízes profundas que mantinham o solo no lugar). A soja foi útil por ser uma leguminosa, o que significa que é capaz de capturar nitrogênio do ar e assim contribuir para a regeneração dos solos.

Os produtores então se depararam com o problema de o que fazer com os grãos de

soja. Suas primeiras tentativas de vender soja como ração animal foram mal-sucedidas, especialmente devido ao fato de as galinhas e porcos não conseguirem digeri-la bem, e de seu gosto e cheiro não serem atrativos. Porém, após a Segunda Guerra, fabricantes utilizaram-se de tecnologia nazista para melhorar a ração o suficiente para que os animais a tolerassem. O mercado local logo ficou saturado e, sobre o programa de reconstrução conhecido como o Plano Marshall, a exportação de ração de soja altamente subsidiada foi fortemente promovida.³¹ De fato, a soja logo se tornou a ração animal predominante na Europa. Foi então descoberto que outro produto à base de soja, a lecitina, poderia ser utilizada como emulsificante (que permite a mistura de gorduras com água). Esta função é extremamente útil à indústria de alimentos, e a lecitina logo virou um ingrediente-chave em muitos óleos vegetais e margarinas.

Não é surpreendente que a produção de soja tenha crescido enormemente de 30 milhões de toneladas em 1965 para 250 milhões de toneladas em 2010.³² Seu cultivo alastrou-se mundialmente, especialmente na América do Sul. Hoje os Estados Unidos permanecem como o maior produtor de grãos de soja com uma produção de 80,7 milhões de toneladas na safra de 2009-10, mas o Brasil (57 milhões de toneladas) e a Argentina (32 milhões de toneladas) estão próximos. Embora possamos não saber, a maioria de nós já consome muita soja, pois ela compõe quase três quartos dos produtos encontrados nas prateleiras dos supermercados.³⁴

Esta revolução silenciosa dos hábitos alimentares foi acompanhada por uma campanha de publicidade muito mais visível para incentivar os consumidores a trocarem seus alimentos tradicionais por alternativas mais “modernas” cuja promessa era,

frequentemente, de ser mais saudável.

Como resultado, pessoas cuja parte principal da dieta consistia, há poucas décadas, de itens cultivados por agricultores locais (como a mandioca, o milho, o inhame, o aipim, o milheto e o sorgo) mudaram sua dieta, passando a comer mais pão, macarrão e carne (principalmente de frango). A produção mundial de frangos e perus subiu de 8,9 milhões de toneladas em 1961 para 70,3 milhões de toneladas em 2001.³⁵

O desenvolvimento de técnicas como o enlatamento, o secamento por spray, a liofilização e a introdução de corantes e preservativos facilitou outra mudança, a saber, o rápido aumento no consumo de alimentos processados. O processamento de alimentos representa uma benção à indústria de alimentos, pois significa que ela pode adquirir grandes quantidades de frutas e vegetais frescos a baixo custo, processá-los em fábricas gigantes e então distribuir a comida enlatada ou congelada ao redor do mundo. Os supermercados são grandes beneficiados, pois frequentemente podem vender gêneros alimentícios processados por um valor mais baixo do que os alimentos frescos equivalentes nas feiras de rua no lado de fora.

Mais uma vez, a propaganda, com suas imagens sedutoras de crianças saudáveis brincando no campo, tem tranquilizado muitos consumidores ao ponto de os fazer acreditar que esses alimentos são superiores à comida fresca. A forte propaganda alia-se ao fato de que os governos repetidamente têm deixado de informar os cidadãos sobre a perda do conteúdo nutritivo inerente ao processo de preservação. Cuba em particular teve problemas. Quando, após o colapso da União Soviética em 1989, Cuba se viu sem as grandes quantidades de comida enlatada previamente importadas a preços altamente subsidiados pela URSS, foi obrigada a voltar-se

para técnicas tradicionais de agricultura sem insumos químicos e estabelecer hortas por toda Havana. No primeiro momento, a rejeição dos consumidores foi tão grande que o governo teve que televisionar programas especiais para promover os benefícios dos vegetais orgânicos.

Estas mudanças interligadas, apelidadas de “complexos” de trigo, pecuária e alimentos não-perecíveis,³⁶ resultaram numa verdadeira revolução nos hábitos alimentares em muitas partes do mundo e em um deslocamento global para uma dieta mais padronizada. Como resultado, para metade da comida que consome, o mundo hoje depende somente de três colheitas: o milho, o trigo e o arroz. Isso tem implicações assustadoras, porque deixa o mundo vulnerável a doenças que poderão devastar grandes áreas da produção global de alimentos.

A mudanças nos hábitos alimentares em muitas partes do mundo claramente beneficiou os EUA, o maior exportador mundial de soja e trigo, porém, enxergar a atual disputa pelo controle do mercado como essencialmente uma batalha entre diferentes nações seria um equívoco. Nos bastidores estão as corporações que controlam o sistema alimentar e que agora operam totalmente em um nível global.

Vejamos o exemplo da soja. Embora os EUA e o Brasil sejam apresentados como rivais ferozes, lutando pelo domínio no mercado mundial, em ambos os países o comércio de fato é controlado pelas grandes corporações agrícolas Cargill, Bunge e ADM. Além de dominar o comércio de soja dos Estados Unidos, financiam 60% da soja produzida no Brasil. São os incontestáveis vencedores do grande *boom* da soja.³⁷

Na batalha pelo controle sobre as exportações mundiais de carne, a história é outra. Com financiamento do banco de desenvolvimento estatal, o BNDES (que a cada ano fornece mais empréstimos que os empréstimos combinados do Banco Mundial, do Banco Inter-Americano do Desenvolvimento e do US-Eximbank), o Brasil está criando algumas das corporações agroindustriais mais poderosas do mundo. Após adquirir seu rival, a Sadia, em maio de 2009, a empresa brasileira Perdigão passou a gigante norte-americana Tyson Foods para transformar-se na maior empresa de frangos e perus do mundo. Em uma história parecida de fusões que incluiu a aquisição de algumas empresas norte-americanas, a empresa brasileira JBS tornou-se a maior exportadora de carne do mundo.³⁸

As corporações competem umas com as outras, mas todos os seus executivos pertencem a uma elite global rica e extremamente poderosa que adere aos mesmos valores. Com aquisições e fusões acontecendo todo ano, as corporações de países diferentes cada vez mais trabalham juntas. O empreendimento conjunto recentemente anunciado pela Royal-Dutch Shell e a Cosan do Brasil, o maior produtor mundial de açúcar e etanol, é o mais recente exemplo desta nova tendência.

As principais vítimas são os índios Guaraní do estado do Mato Grosso do Sul no Brasil, cujas terras foram usurpadas. Enquanto a Cosan continua comprando cana-de-açúcar de fazendeiros que ocupam as terras tradicionais dos índios, crianças Guaraní estão morrendo de fome, seus líderes têm sido assassinados e centenas já cometeram suicídio.³⁹ No mundo de hoje, a principal divisão não se dá entre os estados-nação, mas entre a elite globalizada e o resto de nós.

2.3 Lavouras transgênicas

Os altos lucros obtidos pelas empresas agroquímicas durante a Revolução Verde permitiram que financiassem o próximo grande passo em sua tentativa de controlar a agricultura mundial: o desenvolvimento de lavouras GM. Há mais de 20 anos, quando as corporações começaram a testar cultivos GM em laboratórios e no campo, perceberam que, indo além dos cultivos híbridos, a modificação genética transformaria a humilde semente na chave para a agricultura global. Ao monopolizar o mercado de sementes, agricultores ficariam sem alternativas senão comprar, além das sementes GM, todos os produtos associados ao seu cultivo. Da noite para o dia, um mercado cativo seria gerado.

As corporações começaram então a comprar empresas de sementes. Ao longo das últimas duas décadas assumiram o controle de mais de mil empresas de sementes antes independentes. Atualmente, as dez maiores empresas de sementes detêm 73% do mercado mundial de sementes (somente as três maiores são detentoras de mais da metade do mercado). Estabelecida nos Estados Unidos, a Monsanto é especialmente agressiva ao mirar pequenos fabricantes de sementes em países-chave como o Brasil. Em 1996 a Monsanto não estava sequer entre as dez maiores empresas de sementes globais, mas em 2009, já havia saltado para a primeira posição, responsável por 27% do mercado global de sementes comerciais (ver Tabela 1).

Tabela 1 Dez maiores empresas globais de sementes, 2009

	vendas (milhões de dólares)	Quota do mercado (%)
1. Monsanto (EUA)	7,297	27
2. DuPont (EUA)	4,641	17
3. Syngenta (Suíça)	2,564	9
4. Groupe Limagrain (França)	1,252	5
5. Land O' Lakes (EUA)	1,100	4
6. KWS AG (Alemanha)	997	4
7. Bayer CropScience (Alemanha)	700	3
8. Dow AgroSciences (USA)	635	2
9. Sakata (Japão)	491	2
10. DLF-Trifolium (Dinamarca)	385	1
Total das 10 maiores	20,062	73

A primeira semente transgênica, colocada no mercado pela Monsanto em 1996, foi uma variedade de soja chamada *Roundup Ready* (RR), na qual um gene foi introduzido para fazer com que fosse resistente ao herbicida *Round-Up*, também produzido pela Monsanto. No início, esse avanço pareceu trazer grandes benefícios aos produtores. Eles não precisariam mais arar os campos, e somente seria necessário aplicar o herbicida para matar o mato. Permitiu que pulverizassem suas terras no começo do ciclo de crescimento para que suas lavouras, embora ainda compostas por plantas bem jovens e vulneráveis, não fossem afetadas. Logo depois foram colocados no mercado, também pela Monsanto, milho Bt e algodão Bt, nos quais um gene da toxina *Bacillus thuringiensis* (Bt) havia sido introduzido para torná-los resistentes às pragas comuns. Para os grandes produtores, a vantagem principal destes novos produtos era que facilitavam a monocultura e contribuía com a redução de custos trabalhistas: dois elementos-chave nessa “corrida ao fundo do poço”.⁴⁰

Não tardou, porém, para os problemas começarem a surgir. Plantas espontâneas mais “resistentes” logo desenvolveram resistência ao herbicida *RoundUp*, e insetos mais fortes começaram a comer as lavouras Bt. Repetidamente, as corporações dizem aos agricultores que todos os seus problemas se resolverão com a segunda geração de safras GM, produzidas para serem mais tóxicas ou mais resistentes às pragas. Alguns destes produtos já estão nos mercados. Podem funcionar por algum tempo, mas é incontestável que as pragas e plantas espontâneas conseguirão desenvolver resistência. Assim uma nova geração de variedades GM será necessária. Os “ajustes” técnicos persistirão interminavelmente.

2.4 Extraíndo o lucro

Embora em muitas partes do mundo tenha havido resistência considerável dos agricultores aos transgênicos, as corporações agroquímicas continuaram a aumentar suas vendas, não somente de sementes GM, mas também de agroquímicos em geral. O hemisfério sul tem se tornado cada vez mais importante para as empresas, com dados da indústria chegando a sugerir que as vendas combinadas de produtos agroquímicos na América Latina e Ásia foram, pela primeira vez em 2010, maiores que as vendas combinadas desses produtos na América do Norte e Europa.⁴¹

No mundo cão da competição corporativa as empresas têm duas opções: comprar seus rivais ou serem compradas por eles. O setor agroquímico passou – e continua passando – por um intenso processo de concentração. No fim de 2007, as dez maiores empresas eram responsáveis por 89% das vendas (ver Tabela 2).

Estas empresas se tornaram tão poderosas que conseguem forçar o uso de técnicas novas e potencialmente nocivas sobre os agricultores que em países sub-desenvolvidos frequentemente são analfabetos e despreparados para avaliar os riscos da tecnologia sendo oferecida. Um caso chocante, pouco reportado, envolve os produtores de algodão da Índia. Fortemente “incentivados” a utilizar sementes híbridas e GM de alto custo, ficaram aprisionados em um ciclo crescente de dívidas. Como resultado, cerca de 150 mil produtores suicidaram-se (ver quadro sobre a Índia).

Enquanto produtores camponeses, pequenos proprietários e povos indígenas lutam para continuar em suas terras, as corporações aumentam seu controle e produzem lucros

Table 2 As dez maiores empresas agroquímicas, 2007

	Vendas (em US\$ milhões)	Quota do mercado (%)
1. Bayer (Alemanha)	7,458	19
2. Syngenta (Suíça)	7,285	19
3. BASF (Alemanha)	4,297	11
4. Dow AgroSciences (EUA)	3,779	10
5. Monsanto (EUA)	3,599	9
6. DuPont (EUA)	2,369	6
7. Makhteshim Agan (Israel)	1,895	5
8. Nufarm (Austrália)	1,470	4
9. Sumitomo Chemical (Japão)	1,209	3
10. Arysta Lifescience (Japão)	1,035	3
Total	34,396	89

Fonte: Agrow World Crop Protection News, agosto 2008

SUICÍDIOS DE AGRICULTORES NA ÍNDIA

Na década de 1980, o governo estadual de Andhra Pradesh, no sul da Índia, prometeu aos agricultores locais que estes ficariam ricos se deixassem de cultivar seus tradicionais alimentos-base, especialmente o milheto e o arroz, e adotassem cultivos comerciais para exportação, incluindo o algodão híbrido. Os agricultores foram incentivados a comprar, através de financiamento, variedades de algodão híbrido de alto rendimento, fertilizantes e agrotóxicos fornecidos por grandes corporações.

Inicialmente, muitos agricultores hesitaram, pois a proposta significava que estariam começando o ano agrícola já endividados, algo que sempre tentavam evitar. No entanto,

agentes do governo e vendedores os asseguraram que sua produção seria muito maior, e que os ganhos maiores facilmente cobririam todos os gastos. Por alguns anos, parecia que os agricultores haviam ganhado na loteria. As safras aumentaram e, após pagar pelos empréstimos, terminavam o ano com mais capital disponível.

Contudo, as coisas começaram a andar para trás. O solo passou a perder a fertilidade incrementada ao longo de décadas pelos fazendeiros por métodos tradicionais de agricultura sem produtos químicos. Assim, foi preciso mais fertilizante químico. As pragas se multiplicaram, como acontece frequentemente com a monocultura, fazendo com que os

multibilionários para os seus acionistas. Embora os limites entre diferentes setores se confundam devido às mudanças tecnológicas e ao fato de que as corporações estão entrando em novas áreas, ainda existem dois grupos distintos: as empresas de biotecnologia, que fornecem aos agricultores insumos desde sementes e agrotóxicos até produtos veterinários (ver Tabela 3); e os comerciantes de alimentos, que compram a produção e a transportam pelo mundo (ver Tabela 4). Ambos continuam a acumular a cada ano bilhões de dólares em lucros, mesmo durante a crise financeira.

Agora que o mundo está entrando em uma fase de incerteza climática, com secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos se tornando mais frequentes, as corporações gostariam que acreditássemos que somente as suas sementes GM, especialmente criadas para resistirem às

secas ou salinização, poderão salvar o mundo da fome. Ignoram completamente o fato de que a fome é essencialmente um problema político, causado pela pobreza e pela falta de acesso à terra. A proliferação dos transgênicos simplesmente fará com que os agricultores dependam mais das corporações agroquímicas.

Claramente dissuadidas pelos riscos muito reais, mas imprevisíveis, de perderem colheitas ou rebanhos como resultado do mau tempo, desastres naturais ou pragas, até recentemente as corporações tomavam cuidado para não comprarem terras ou se envolverem na própria atividade agropecuária. Mas, como veremos na seção seguinte, isso está mudando. Com o estoque de terras férteis ao redor do mundo em declínio, os investidores agora estão considerando a própria terra como oportunidade de investimento.

fazendeiros precisassem gastar mais com agrotóxicos. Então um só evento de mau-tempo acabou com as colheitas, deixando os agricultores com as dívidas assumidas no começo do ano e nenhuma renda da colheita para pagá-las. A única saída era aceitar empréstimos dos agiotas locais que cobravam altas taxas de juros. E assim os agricultores caíam na armadilha das dívidas.

Já no final do século XX, quase todas as famílias rurais da região se viram forçadas a vender gado e terras em uma tentativa desesperada de escapar da falência. Oprimidos pela desonra de ter reduzido suas famílias à indigência, agricultores começaram a se suicidar, muitas vezes tomando o herbicida que eles haviam comprado das empresas.

Além de ser a capital mundial dos agrotóxicos, Andhra Pradesh tornou-se um estado com uma das mais altas taxas de suicídio.

Em torno de cento e cinquenta mil agricultores suicidaram-se na Índia entre 1997 e 2005, muitos levados a esse ato de desespero pelas dívidas.⁴² Cartas deixadas mostram que o que mais alimentava seu desespero era uma sensação de impotência, uma consciência de que haviam perdido a capacidade de gerenciar os próprios meios de vida. O governo e as corporações foram singularmente irresponsáveis ao insistir que agricultores pobres comprassem um “pacote tecnológico” tão dispendioso, arriscado e não-sustentável, sem explicar os riscos envolvidos.

Tabela 3 Lucros anuais das gigantes da área de biotecnologia (em US\$ milhões)

	2010	2009	2008	2007	2006
Bayer	3,778	3,745	4,855	4,903	4,255
Dow	3,160	1,408	1,182	3,691	5,403
Syngenta	1,857	1,804	1,841	1,553	939
Monsanto	1,656	3,092	3,039	1,511	1,317

Fontes: Relatórios anuais das empresas; os números são referentes aos lucros de todos os setores.

Tabela 4 Lucro anual dos maiores comerciantes de grãos (em US\$ milhões)

	2010	2009	2008	2007	2006
Bunge	3,348	428	1,898	1,554	802
Cargill	2,603	3,334	3,951	2,343	1,537
ADM	2,585	2,500	2,594	3,154	1,855

Fontes: Relatórios anuais das empresas.

2.5 A grande usurpação de terras

A usurpação de terras aconteceu durante toda a história. Somente precisamos pensar na “descoberta” de Colombo das Américas e seu impacto brutal sobre sociedades indígenas, ou na tomada de territórios Maori por colonizadores na atual Nova Zelândia ou indígenas ao redor da África. Trata-se de um processo violento que continua ativo nos dias atuais.

O Camboja é outro exemplo: mais da metade das terras aráveis do país foram recentemente concedidas a empresas privadas para que cultivos agroindustriais e projetos de mineração possam ser desenvolvidos.

Ao longo dos últimos cinco anos, dezenas de comunidades rurais e indígenas foram expulsas. Muitas outras perderam acesso às terras que eram há muito tempo utilizadas para a agricultura de subsistência ou para pastagem de animais. Outras encontram devastadas as florestas onde antes coletavam alimentos e lenha. Muitas destas terras estão sendo doadas a empresas privadas para o cultivo da cana-de-açúcar, pois o açúcar é supostamente um dos produtos que o Camboja pode fabricar com “vantagem comparativa”. Além de contribuir com excesso de açúcar que periodicamente afeta o mercado mundial e abaixa os preços, essas empresas cometem graves abusos contra os direitos humanos e causam grandes danos ao meio ambiente, afetando mais de 12 mil pessoas.⁴³

Em anos recentes, novos fatores têm alimentado a usurpação de terras. Um deles são os biocombustíveis que são promovidos como forma de redução das emissões dos nocivos gases de efeito estufa produzidos pelos meios de transporte. A União Européia aprovou legislação que requer que, até 2020, 10% dos combustíveis dos transportes seja biocombustível. Ao mesmo tempo, os EUA gastam mais de US\$6 bilhões por ano subsidiando os biocombustíveis.⁴⁴ Atualmente, algumas das multinacionais mais predatórias têm suas sedes no hemisfério sul, especialmente na China e no Brasil, e são tão rápidas quanto seus rivais no hemisfério norte para beneficiarem-se do *boom* dos biocombustíveis. O Brasil já adquiriu *know-how* extensivo sobre a produção do etanol a partir da cana-de-açúcar e está ativamente buscando tornar-se o principal parceiro da África em sua busca por mais energia renovável.⁴⁵

Moçambique apresenta um caso exemplar. Em julho de 2010 a Comissão Européia e os governos moçambicano e brasileiro anunciaram um acordo tríplice pelo qual trabalharão juntos no desenvolvimento do setor bioenergético. O acordo foi veemente atacado por ativistas moçambicanos, muitos pertencentes à União Nacional de Camponeses (UNAC), parceira da *War on Want*. Manifestações dificultaram o prosseguimento da produção de biocombustíveis planejada pelo governo. Em dezembro de 2009, o governo moçambicano foi obrigado a cancelar o contrato assinado dois anos antes com a empresa britânica Procana para produção de etanol de uma plantação de cana-de-açúcar de 30 mil hectares na província de Gaza.⁴⁶

Outro novo elemento que aparece relacionado ao caso das usurpações de terras

é a possibilidade de que países que deixarem de proteger seus agricultores locais ou que tenham problemas com a erosão de solos possam se deparar com escassez de alimentos no futuro. Países como a Índia, a Coreia do Sul, a Arábia Saudita e o Kuwait atualmente dependem de alimentos importados, ou temem se tornar dependentes de alimentos importados no futuro. Agora estão à procura de terras em outros países nos quais possam produzir alimentos para seus mercados internos. Mesmo a China, amplamente auto-suficiente em alimentos, está refletindo sobre o futuro e tem gradativamente terceirizado a sua produção de alimentos. Em troca de tecnologias, treinamento e fundos para o desenvolvimento de infraestrutura chineses, cerca de trinta acordos de cooperação agrícola foram assinados nos últimos anos para ceder terras aráveis às empresas chinesas em “países amigos”.⁴⁷

Assim como os governos dos países que buscam alimentos, instituições financeiras, como os bancos de Wall Street e Morgan Stanley, estão envolvendo-se na compra de grandes porções de terra no hemisfério sul uma vez que enxergam a terra como um bem valioso cujo valor muito provavelmente irá aumentar fortemente em décadas futuras. O resultado é a usurpação de terras em uma escala sem precedentes, com enormes áreas sendo compradas ou arrendadas na África, Ásia e América Latina.

A usurpação de terras preocupa muito Olivier de Schutter, Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação. “A maioria desses investimentos ocorrem com absoluta ausência de transparência e sem consulta apropriada às comunidades locais em questão. Beneficiarão investidores e talvez algumas das elites locais, mas criarão muito menos emprego e contribuirão muito menos com o desenvolvimento rural do que iriam

contribuir políticas que apoiassem pequenos produtores e assegurassem o acesso à terra,” argumenta. “Existem perigos consideráveis na situação atual,” acrescenta. “A terra está tornando-se um bem especulativo e a corrida para garantir terras agricultáveis é frequentemente disputada por investidores, sejam eles públicos ou privados, que têm pouca consideração com o bem-estar geral das comunidades locais ou impactos de longo prazo”.⁴⁸

ESPECULAÇÃO ALIMENTAR

Olivier de Schutter tem demonstrado sua preocupação sobre o impacto da especulação de *hedge funds*, fundos de pensão e bancos de investimentos nos mercados de commodities alimentares, que, segundo ele, tiveram um “papel significativo” na crise dos alimentos de 2008. Na busca por novas classes de ativos após as sucessivas quebras das *ponto-com* e do mercado imobiliário americano, um grande número desses especuladores entrou nos mercados de derivativos negociando alimentos. Criaram, assim, uma bolha especulativa que, por sua vez, resultou em altas severas de preços de alimentos básicos como milho, arroz e trigo. Como consequência da crise de preço alimentar, até 150 milhões de pessoas foram levadas à pobreza extrema e o número de famintos alcançou quantidade recorde.⁴⁹

A mesma ação que os países ricos executam para assegurar seus próprios suprimentos de comida aumentará a chance de haver fome em escala global no longo prazo. Embora os governos digam que somente estão vendendo terras “vazias” ou “marginais”, este conceito

simplesmente não existe para muitas comunidades tradicionais camponesas e indígenas na África, Ásia e América Latina. Muitas das terras usurpadas são utilizadas, pelo menos por parte do ano, por pessoas locais. Estima-se que na África cinquenta milhões de criadores de gado praticam a pecuária itinerante, sustentando suas famílias, suas comunidades e uma indústria massiva de carne, peles e couros. Com crescente frequência, encontram os pastos que utilizam por alguns meses do ano cercados. Privá-los de seu sustento irá contribuir enormemente para o problema da má-nutrição rural, já muito grave na África. Converter essas pastagens em áreas de grãos também contribuirá para as emissões de gases de efeito estufa, já que pastagens armazenam cerca de um terço do estoque global de carbono.⁵⁰

Num prazo mais longo, também, a usurpação de terras limita as alternativas para lidar com as mudanças climáticas. Há 7 mil anos, pastores e agricultores camponeses na África respondem rapidamente às variações climáticas, se deslocando para novas áreas ou cultivando itens diferentes. Com apoio financeiro adequado, os produtores poderiam conectar-se em uma grande rede de mercados de sementes abrangendo todo o continente. Esses mercados poderiam ajudar as plantas a “migrarem” com a mudança das condições climáticas. É talvez a maior esperança africana de lidar com a incerteza climática que está por vir. Contudo, a atual usurpação voraz de terras está forçando muitas comunidades a deixarem seus territórios.

2.6 O planeta sitiado

Além de desencadear a miséria para milhões de pessoas pelo mundo, o sistema global de alimentos também está colocando o futuro



Foto: War on Want

do planeta em perigo. Os solos contêm enormes quantidades de organismos vivos, variando desde uma vasta gama de micróbios, bactérias e fungos invisíveis, até os mais conhecidos minhocas, besouros e cupins. Estes organismos formam ecossistemas complexos e variados e desempenham muitas funções úteis, incluindo a absorção de alguns gases de efeito estufa que contribuem para o aquecimento global.

A grande quantidade de agrotóxicos e fertilizantes químicos utilizados na agricultura industrial está matando esses organismos do solo. Uma vez que esses processos naturais são rompidos, a fertilidade pode ser mantida artificialmente por alguns anos, mas eventualmente a terra tem que ser abandonada. A ONU estima que, a cada ano, trinta milhões de hectares de terras cultivadas (uma área equivalente à Itália) são perdidos devido à degradação ambiental, industrialização e urbanização.⁵¹ Com a população do mundo crescendo continuamente, não podemos nos dar ao luxo de perder essas terras.

Outro problema associado é a perda da diversidade de cultivos. No sistema global de alimentos, a uniformidade significa mais lucros para as corporações. As corporações agroquímicas querem fornecer o mesmo “pacote tecnológico” em todo o mundo. Comerciantes querem comprar as mesmas vagens e tangerinas, não importando se estas vêm do Egito, do Quênia ou da Guatemala.

As cadeias de supermercados desejam fornecer a mesma gama de gêneros alimentícios em todas as suas lojas. O resultado é a uniformidade, transformando em miragem a aparente diversidade em nossos supermercados. Ao longo do último século, cerca de 90% da diversidade genética das lavouras encontradas nos campos dos agricultores desapareceu.⁵²

Contrastando com sistemas agrícolas tradicionais que tendem a absorver carbono, o sistema industrial de alimentos se tornou um dos principais motores das mudanças climáticas. Parte deste problema é causado pelos produtos químicos. Por exemplo, o nitrogênio encontrado em fertilizantes químicos é facilmente transformado no solo, fazendo com que o óxido de nitrogênio seja emitido no ar. O óxido de nitrogênio emitido é 300 vezes mais potente que o dióxido de carbono.

Além disso, a agricultura por si só é responsável por apenas um quarto da energia utilizada no sistema agrícola industrial para levar comida às nossas mesas. O verdadeiro desperdício de energia acontece no seu processamento, acondicionamento, congelamento, cozimento e transporte. A globalização da cadeia produtiva leva este desperdício a extremos absurdos. Dawnfresh, uma empresa escocesa de frutos do mar, envia seus lagostins para a China, a mais de oito mil quilômetros de distância, para que sejam descascados à mão e então retornem

MAÇÃS E PERAS

As maçãs estão entre as primeiras frutas a serem cultivadas pelos seres humanos; na Grã Bretanha, já existiram seis mil variedades de maçãs para cozinhar e comer, e centenas de variedades para fabricar cidra.⁵³ Entretanto, desde 1970, metade dos pomares de pêras e dois terços dos pomares de maçãs no Reino Unido desapareceram.⁵⁴

Devido à grande ênfase dada à aparência cosmética, ao tamanho e até mesmo à simetria da fruta, os grandes supermercados desempenharam um papel significativo no declínio de maçãs produzidas localmente. Como resultado, maçãs perfeitamente boas para se comer são rejeitadas pelo fato da cor da casca, manchas e forma não estarem de acordo com o padrão estipulado. Hoje, as duas variedades predominantes no Reino Unido, Cox e Bramley, juntas compõem 70% dos pomares de maçãs britânicos. Cada vez mais, até esses estão perdendo espaço para variedades importadas da África do Sul, Chile, EUA, Nova Zelândia e mesmo da França, que tem essencialmente a mesma temporada de plantio que o Reino Unido.

Um levantamento realizado em 2005 no Reino Unido demonstrou que somente um terço das maçãs provinha do próprio país (entre os quitandeiros, essa quantia chegou à metade). Supermercados como o Tesco compravam localmente somente 28% de suas maçãs. Ao mesmo tempo, alegavam promover a produção local. A história é parecida em outros países. Essa redução incrível da diversidade genética deixa o mundo vulnerável às doenças de plantas.

à Escócia para serem empanados e vendidos nos supermercados britânicos. A empresa Young's, líder do mercado no Reino Unido, envia todos os anos 600 toneladas de lagostins à Tailândia para que trabalhadores tailandeses os limpem, depois são enviados de volta à Grã Bretanha para serem vendidos.⁵⁶

O transporte de alimentos consome enorme quantidade de energia. Se somarmos o combustível utilizado por caminhões para transportar insumos como fertilizantes e agrotóxicos às fazendas, papel e plástico às indústrias, e as viagens feitas por consumidores aos supermercados cada vez mais distantes, teremos uma noção do tremendo volume de gases de efeito estufa emitidos pelo sistema agrícola industrial. É estimado que ao todo esse sistema seja responsável por ao menos 30% das emissões mundiais que causam as mudanças climáticas.⁵⁷

Tim Lang, uma das principais autoridades mundiais no tocante a políticas alimentares, diz que corporações e grandes fazendeiros estão obcecados com o “producionismo,” ou seja, a produção de mais e mais comida, não importando o custo ambiental. “De um ponto de vista ‘producionista,’ o sistema alimentar é incrivelmente exitoso,” diz. “As lojas estão cheias. Há vinte e seis mil itens nas prateleiras dos supermercados nos países desenvolvidos. Mas do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, esse modelo parece estar nos levando ao colapso planetário”.⁵⁸ Mais cedo ou mais tarde, diz o Professor Lang, o sistema terá que ser radicalmente repensado: “O impacto ambiental da produção de alimentos quer dizer que teremos que voltar à estaca zero e começar a pensar no que significaria um sistema de alimentos sustentável. Precisamos desenhá-lo em torno do que a terra pode fornecer e do que os corpos humanos precisam”.

A ASCENÇÃO DO SUPERMERCADO



Foto: Warren Mant

O ritmo de crescimento de supermercados no Reino Unido tem sido impressionante desde a década de 1950. É fácil ver por quê. Oferecem uma ampla gama de alimentos baratos, com a conveniência de permitir que se compre quase tudo para a casa em um só lugar. Poucos podem resistir a essa combinação sedutora.

Está cada vez mais claro porém que os supermercados prejudicam muito os agricultores, trabalhadores e lojas por todo o Reino Unido, sem falar no dano causado a milhões de trabalhadores em países em desenvolvimento que recebem salários de miséria enquanto os supermercados continuam batendo recordes de lucros.

No Reino Unido, os “Quatro Grandes” (Tesco, Sainsbury’s, Morrison e Asda) controlam mais de três quartos do mercado de gêneros alimentícios. Um em cada quatro consumidores regularmente visita o maior de todos, o Tesco, que sozinho detém mais de 30% do mercado britânico de gêneros alimentícios. Lojas locais simplesmente não têm como competir. Ao longo dos últimos três anos, a construção de um novo supermercado, em média, por dia, é aprovada. Cerca de mil lojas

independentes foram obrigadas a fechar a cada mês de 2009.⁵⁹

Uma investigação extensiva sobre os supermercados realizada pela *UK Competition Commission*⁶⁰ publicada em 2008 concluiu que são necessárias ações para intermediar a relação entre fornecedores e redes de supermercados.⁶¹ Dentre os abusos revelados, estava o fato de que os fornecedores estavam sendo forçados a adaptarem-se a mudanças tardias nos acordos e, às vezes, recebiam abaixo do custo de produção pelos seus produtos. Muitos produtores não estavam recebendo o suficiente para investir de maneira adequada nas suas fazendas, tendo assim dificuldades para sobreviver. A *Competition Commission* observou ainda que o código de conduta voluntário dos supermercados não prevenia esses abusos e recomendou a introdução de um mediador independente para vigiar a relação entre os supermercados e seus fornecedores. Em maio de 2011, o governo britânico publicou um projeto de lei de modo a estabelecer um árbitro com poderes para fazer valer e fiscalizar o Código de Gêneros Alimentícios, uma ação que os supermercados estão determinados a barrar.⁶²

3 A alternativa positiva

26

Soberania Alimentar Resgatando o sistema alimentar global

Está claro que o presente sistema alimentar é insustentável. Uma série de corporações extremamente poderosas está transformando a produção de alimentos, algo tão essencial para a sobrevivência humana quanto o ar e a água, em uma atividade voltada ao ganho monetário, na qual o objetivo é produzir lucros para acionistas. Difundindo-se globalmente, estas corporações beneficiam-se da liberalização do comércio para despejar seus cultivos comerciais altamente subsidiados em mercados estrangeiros, frequentemente fazendo com que produtores locais sejam levados à falência. Convencem agricultores locais a utilizarem seus “pacotes tecnológicos,” sabendo que desta forma farão com que eles se tornem eternamente dependentes delas. Para mudar os hábitos alimentares fazem, ainda, uso de campanhas de propaganda

massiva visando que as populações-alvo consumam mais alimentos importados, em especial comida processada, nas quais há grande utilização de trigo e soja.

Como consequência, milhões de pequenos proprietários, trabalhadores sem terra, pastores e pescadores estão sendo cada vez mais marginalizados. O conhecimento precioso que acumulam ao longo de milênios acerca dos ecossistemas onde vivem é desprezado. Negligenciados pelas autoridades, estão sendo empobrecidos propositalmente. Muitos não têm opção senão migrar para as médias e grandes cidades. De fato, governantes têm aceitado sem questionamentos a visão predominante nas organizações internacionais de que o êxodo rural é inevitável e que o próprio processo de desenvolvimento determina que somente uma pequena parcela da população trabalhe na terra. Na esfera oficial, não há discussão



Acampamento do MST, Brasil



sobre se esta forma de organizar a sociedade é benéfica à maioria das pessoas ou mesmo, dada a utilização da monocultura com uso intensivo de produtos químicos que isso implica, se é compatível com a sobrevivência do planeta.

A soberania alimentar é a alternativa positiva para este sistema falido. A soberania alimentar foi definida no pioneiro Fórum pela Soberania Alimentar ocorrido em fevereiro de 2007 em Nyéléni, Mali, como “o direito das pessoas a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos através de maneiras ecologicamente corretas e métodos sustentáveis, além do direito à escolha dos seus próprios alimentos e sistema de agricultura”.⁶³ A comunidade internacional ecoou a definição quando 58 governos, em uma reunião em Joanesburgo em abril de 2008, aprovaram o resumo do relatório de síntese da Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas (IAASTD, sigla em inglês) que definiu soberania alimentar como “o direito das pessoas e estados soberanos de determinar democraticamente suas próprias políticas alimentar e agrícola”.⁶⁴ Em agosto de 2011, o primeiro Fórum Europeu pela Soberania Alimentar explicitou suas conexões com a declaração de Nyéléni na qual clama pela reconquista do controle do sistema de produção de alimentos e pelo estabelecimento da soberania alimentar na Europa.⁶⁵

Uma das principais organizações que promovem a soberania alimentar é La Vía Campesina (VC), que expôs os sete princípios que sustentaram os trabalhos na Cúpula Mundial de Alimentação, organizada pela FAO em 1996. La Vía Campesina é um movimento que abrange organizações de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, povos indígenas e trabalhadores rurais de muitas partes do mundo. Com o seu apoio,

organizações camponesas estão incentivando seus membros a darem as costas à agricultura que faz uso intensivo de produtos químicos e desenvolverem suas próprias alternativas agroecológicas, geralmente baseadas nas suas práticas autóctones de agricultura. Com apoio adequado, a agricultura baseada nos princípios da soberania alimentar pode ser significativamente mais produtiva do que a agricultura industrial.⁶⁶

Porém, a soberania alimentar envolve muito mais do que a produção de comida. Ela implica em uma mudança radical na maneira como a sociedade é organizada, retirando o poder das elites locais que frequentemente estão associadas ao capital corporativo, devolvendo-o ao povo. Assim, as próprias comunidades camponesas terão o controle de suas terras, e o poder de decisão sobre o que será cultivado e de que maneira. Significa impulsionar mudanças nas políticas macroeconômicas para que a produção nacional de alimentos possa ser protegida da competição injusta com alimentos importados. A soberania alimentar é uma parte integral do processo de construção da democracia participativa e a demonstração de que outro mundo é possível.⁶⁷

3.1 Segurança alimentar x Soberania Alimentar

O principal fundamento através do qual a comunidade internacional decidiu tratar o escândalo global da fome foi o da “segurança alimentar”. De acordo com a definição em uso desenvolvida pela FAO nos anos seguintes à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, “Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm a todo o momento acesso físico, social e econômico a alimentos inócuos e nutritivos em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais e alimentares a fim de levar uma vida ativa e saudável”.⁶⁸

Esta é uma resposta lamentavelmente inadequada ao perverso sistema alimentar atual. Trata a questão da fome como problema do bem-estar social que pode ser resolvido simplesmente pelo acesso a mais comida. Falha em reconhecer que a fome é essencialmente um problema político que somente pode ser resolvido a partir de transformações no equilíbrio de poder global. Ao focar exclusivamente no consumo ao invés da distribuição e produção de alimentos, a abordagem da segurança alimentar não discute nenhum dos problemas estruturais que ameaçam a sustentabilidade de longa duração do sistema alimentar global. Ao depender de mercados de commodities inerentemente instáveis e preencher as lacunas com iniciativas de caridade, esta abordagem cria uma insegurança extrema. Nas palavras do especialista em agroecologia Michel Pimbert:

A definição predominante da segurança alimentar endossada em reuniões de cúpula sobre alimentos, e em outras conferências de alto nível, discursa sobre as pessoas terem comida boa em quantidade suficiente para comer todos os dias. Porém não discute questões como de onde vem a comida, quem a produziu ou sob quais condições. Isto permite que os exportadores de alimentos argumentem que a melhor maneira de os países pobres alcançarem a segurança alimentar é comprando alimentos deles ou recebendo-os gratuitamente por meio da “ajuda alimentar” ao invés de eles mesmos produzirem. Isto torna esses países mais dependentes do mercado internacional fazendo com que camponeses, pastores, pescadores e indígenas, que não podem competir com as importações subsidiadas, deixem suas terras e mudem-se para cidades, agravando, ao fim, a segurança alimentar destas pessoas.⁶⁹

Dada a persistente manutenção de altos níveis de desnutrição e fome ao redor do

mundo, algumas instituições internacionais finalmente começaram a reconhecer as limitações deste modelo de desenvolvimento. Após a Cúpula Mundial de Alimentação de 2002, a FAO passou a incorporar o “direito à alimentação” às suas operações adotando, em novembro de 2004, uma série de diretrizes para promover o cumprimento deste direito.⁷⁰ Entretanto, as diretrizes são meramente voluntárias e ainda enquadradas “no contexto da segurança alimentar nacional”, sem considerações acerca dos pontos-chave relativos à produção de alimentos. A segurança alimentar permanece como premissa principal através da qual a comunidade internacional perpetua as perversidades do sistema alimentar global.

O Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID, sigla em inglês) há muito tempo vem defendendo um modelo de segurança alimentar baseado no mercado livre, na tecnologia pertencente às corporações e amplo controle privado da produção e distribuição de comida. O guia do DFID, *Building Our Common Future* (“Construindo nosso futuro conjunto”), de 2009, buscou aprofundar estas políticas através de uma nova parceria com a Aliança para a Revolução Verde na África. Isto tornaria os agricultores mais dependentes das sementes e agroquímicos produzidos por poucas e poderosas corporações. Em um terrível ataque ao direito à alimentação, este relatório pressionou os governos de países em desenvolvimento a remover proteções sociais de suas populações insistindo que os líderes políticos deveriam fazer “duras escolhas sobre o controle dos preços de itens agrícolas, políticas agrárias e o ambiente de negócios no meio agrícola”.⁷¹ Em resposta à escalada dos preços de gêneros alimentícios em 2008, entre os líderes do G8, o governo do Reino Unido foi um dos principais proponentes a favor da remoção de



O SETE PRINCÍPIOS DA SOBERANIA ALIMENTAR

(Conforme Proposto Por La Vía Campesina)

29

1. Comida: Um Direito Humano Básico.

Todos devem ter assegurado o acesso à comida saudável, nutritiva e culturalmente apropriada em quantidade e qualidade suficientes para sustentar uma vida saudável em plena dignidade humana. Cada nação deve declarar que o acesso à comida é um direito constitucional e garantir o desenvolvimento do setor primário para assegurar a realização concreta deste direito fundamental.

2. Reforma Agrária.

Uma reforma agrária genuína é necessária. Deve dar aos trabalhadores sem terra e pequenos produtores, especialmente às mulheres, a posse e controle da terra na qual trabalham e devolver territórios aos povos indígenas. O direito à terra deve ser livre de discriminação com base em gênero, religião, raça, classe social ou ideologia; a terra pertence aos que trabalham nela.

3. Proteção de Recursos Naturais.

A soberania alimentar implica no cuidado e uso sustentável dos recursos, em especial a terra, água, sementes e raças animais. O povo que trabalha na terra deve ter o direito de praticar o manejo sustentável dos recursos naturais e manter a biodiversidade, livre de direitos de propriedade restritivos. Isso somente pode ser feito partindo de uma base econômica sólida com a posse assegurada, solos saudáveis e uso reduzido de agrotóxicos.

4. Reorganização do Comércio de Alimentos.

A comida é, em primeiro lugar, uma fonte de nutrição. Só então torna-se um item de comércio. Políticas agrícolas nacionais devem priorizar a produção para consumo doméstico e a auto-suficiência alimentar. As importações de alimentos não devem deslocar a produção local e tampouco devem desvalorizar os preços.

5. Acabar com a Globalização da Fome.

A soberania alimentar é minada por instituições multilaterais e pelo capital especulativo. O crescente controle das corporações multinacionais (CMNs) sobre políticas agrícolas tem sido facilitado pelas políticas econômicas das organizações multilaterais como a OMC, Banco Mundial e FMI. A regulamentação e tributação do capital especulativo e um Código de Conduta aplicado com rigor para as CMNs é, portanto, necessário.

6. Paz Social.

Todos têm o direito de viver livre da violência. A comida não deve ser utilizada como arma. O aumento dos níveis de pobreza e a marginalização no campo, junto com a crescente opressão de minorias étnicas e populações indígenas, agravam situações de injustiça e falta de esperança. O deslocamento contínuo, a urbanização forçada, a opressão de pequenos agricultores e o aumento na incidência de racismo contra eles não podem ser tolerados.

7. Controle democrático.

Pequenos agricultores precisam contribuir diretamente na formulação de políticas agrárias em todos os níveis. As Nações Unidas e organizações relacionadas precisam passar por um processo de democratização para fazer com que isso se torne uma realidade. Todos têm o direito à informação verdadeira e precisa, e a tomada de decisões abertas e democráticas. Estes direitos compõem a base da boa governança, transparência e responsabilidade, e participação igual na vida econômica, social e política, livre de todas as formas de descriminalização. Mulheres rurais, especialmente, devem ter o direito a tomar decisões diretamente e ativamente acerca de questões alimentares e rurais.

restrições à exportação e fortalecimento do papel do mercado livre no sistema alimentar, apesar do conhecido dano que isto causaria.⁷²

Desde o momento em que o novo governo assumiu o poder no Reino Unido em 2010, o Secretário de Estado para o Desenvolvimento, Andrew Mitchell, tem priorizado ainda mais o papel do setor privado na área do desenvolvimento internacional, o que inclui o fortalecimento do compromisso do *DFID* em ajudar as corporações a desenvolver novas variedades de plantas.⁷³ Um exemplo disso é a ajuda dada pelo *DFID* à Fundação Africana de Tecnologia Agrícola para expansão do uso de uma variedade de milho resistente a herbicida patenteada pela empresa agroquímica *BASF*.⁷⁴ Isto tornará os agricultores dependentes da empresa e vulneráveis à escalada dos preços dos insumos, ameaçando sistemas de preservação de sementes centenários.

O modelo da soberania alimentar vai muito além do conceito de bem-estar social advogado pelo *DFID* e outros defensores das premissas da segurança alimentar. Conforme compreendido por *La Vía Campesina*, a soberania alimentar requer uma reforma agrária que contemple pequenos produtores e sem-terra; uma reorganização do comércio mundial de alimentos que priorize o mercado local e a auto-suficiência; controle muito maior das corporações no mercado mundial de alimentos e a democratização de instituições financeiras internacionais. Esta é a visão de um mundo no qual as decisões sobre como os alimentos são cultivados, processados e comercializados estão novamente nas mãos das pessoas através de um processo de transformação que busca “regenerar a diversidade de sistemas alimentares autônomos baseados na igualdade, justiça social e sustentabilidade ecológica”.⁷⁵

3.2 Agroecologia em ação

Além da construção do movimento pela soberania alimentar ao redor do mundo, praticamente todas as organizações da *La Vía Campesina* tem implementado seus próprios programas práticos para promover a transição à agroecologia, nome dado à versão de agricultura desempenhada segundo os princípios da soberania alimentar. A agroecologia tem ganhado cada vez mais apoio internacional. Olivier de Schutter, Relator Especial da ONU para o Direito a Alimentação, submeteu em 2010 o relatório mais completo produzido até agora sobre a questão.⁷⁶ Ele iniciou com uma clara explicação do que é e como funciona:

A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Foi criada pela convergência de duas disciplinas científicas: a agronomia e a ecologia. Como ciência, a agroecologia é a “aplicação da ciência ecológica ao estudo, planejamento e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Como conjunto de práticas agrícolas, a agroecologia busca meios de focar em sistemas agrícolas que imitam processos naturais, criando assim interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do agroecossistema. Busca fornecer condições favoráveis ao crescimento das plantas, especialmente através do manejo da matéria orgânica e pelo aumento da atividade biótica do solo. Os princípios fundamentais da agroecologia incluem a reciclagem de nutrientes e energia da propriedade, ao invés da introdução de insumos externos; a integração de colheitas com os rebanhos; a diversificação de espécies e recursos genéticos nos agroecossistemas ao longo do tempo e espaço; e o foco sobre interações e produtividade ao longo do sistema agrícola, ao invés de concentração sobre espécies individuais. A agroecologia é profundamente baseada no conhecimento e em técnicas que não são passadas de cima para baixo, mas desenvolvidas

sobre a base de conhecimento e experimentação dos produtores.

De Schutter fez uma análise dos estudos científicos acerca da eficácia da agroecologia. O estudo mais sistemático desenvolvido até agora sobre a agroecologia, realizado por Jules Pretty e outros, comparou os impactos de 286 projetos em 57 países em desenvolvimento.⁷⁷ Observou que através do sistema agroecológico a produtividade aumentou, em média, 79%, ao mesmo tempo que “serviços ambientais” (como por exemplo, a polinização por insetos, estoques de peixes e fornecimento de água) também melhoraram. Citando evidências adicionais de outros estudos, De Schutter afirma que a agroecologia reduz a pobreza no campo, melhora a nutrição, eleva a resistência às mudanças climáticas e aumenta a igualdade de gênero. Ele conclui convocando todos os Estados a incluir a agroecologia em seus planos para reduzir a pobreza e mitigar as mudanças climáticas.

Outros estudos constataram que a agroecologia tem um potencial impressionante em relação ao aquecimento global. O Instituto Rodale na Pensilvânia, EUA, realizou um estudo de dez anos comparando a agricultura orgânica (comparável com a agroecologia em que não há utilização de insumos químicos) com campos arados da maneira convencional, com utilização de fertilizantes químicos. Observou-se que campos cultivados organicamente têm a capacidade de sequestrar (ou seja, capturar) da atmosfera até 227 kg de carbono por 1000 m² por ano. Em contraste, campos convencionais que dependem de fertilizantes químicos, liberam cerca de 34 kg por 1000 m² por ano.⁷⁸

Estas constatações são extraordinárias. Em 2006, emissões americanas de dióxido de



Foto: War on Want

carbono resultado da queima de combustíveis fósseis foram estimadas em quase 6,5 bilhões de toneladas. Se a agricultura orgânica fosse praticada em todos os 175.633.569 hectares de terras cultivadas nos Estados Unidos, quase 1,6 bilhão de toneladas de dióxido de carbono seriam sequestradas cada ano, o que mitigaria quase um quarto do total das emissões de combustíveis fósseis do país. No nível global, de acordo com cálculos similares feitos pela organização não-governamental GRAIN, se sistemas tradicionais de agricultura mista que fazem uso de poucos insumos químicos fossem adotados pelo mundo, cerca de dois terços do excesso atual de dióxido de carbono na atmosfera seriam capturados em 50 anos.⁷⁹

Como observado acima, soberania alimentar e agroecologia são mais do que construções teóricas. Movimentos de agricultores ao redor do mundo estão agora implementando seus próprios programas para introduzir a agroecologia em comunidade locais. As seções seguintes apresentam experiências positivas da introdução dos princípios da soberania alimentar nas práticas agrícolas de três parceiros da War on Want – no Brasil, Sri Lanka e Moçambique – e fornece um exemplo paralelo da Grã Bretanha.

4 A agroecologia no Brasil

32

De muitas maneiras, a agricultura brasileira representa uma admirável história de sucesso. A produção tem crescido solidamente e o país não somente produz alimentos o suficiente para alimentar seus 190 milhões de habitantes, como também se tornou um dos principais exportadores de alimentos do mundo. No entanto, esse sucesso veio a grande custo. Este processo, porém, custou caro. A despeito das reclamações de movimentos sociais e de ambientalistas, sucessivos governos decidiram que somente a agricultura industrial pode proferir o tipo de crescimento que desejam, e suprem os latifundiários com empréstimos subsidiados (muitos dos quais nunca são pagos, eventualmente sendo perdoados em anistias) para a implantação de grandes lavouras de soja, açúcar, algodão e outras *commodities*. Agronegócio é o nome do jogo e com ele vem as grandes corporações com seus “pacotes” de crédito, sementes, agrotóxicos e fertilizantes, e as grandes *tradings* que dominam o comércio mundial de *commodities* agrícolas, como a Cargill e a ADM.

Estas empresas apresentam grande influência no Brasil. O caso mais escandaloso é o da Monsanto, que travou uma campanha longa, suja e por fim exitosa, contra um grupo de ambientalistas, consumidores e movimentos sociais para fazer com que o Congresso votasse a favor da soja geneticamente modificada. Desde que alcançou seu objetivo em 2005, a Monsanto só cresceu: o Brasil ultrapassou a Argentina como o país com a segunda maior área plantada com lavouras GM, e ao mesmo tempo tornou-se o segundo maior mercado no mundo para a Monsanto (mais uma vez, depois dos EUA).⁸⁰

Outras corporações também prosperaram: o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de venenos agrícolas. Além disso, são permitidos agrotóxicos, como o acefato (um organofosfato) banidos em vários outros países.⁸¹ A expansão descontrolada do agronegócio tem provocado grandes danos. Enormes plantações de soja, cana-de-açúcar, dentre outros, estão se disseminando em ecossistemas vulneráveis como o cerrado no centro-oeste do país e também na bacia amazônica. A agricultura industrial está contaminando a comida do país, seus ecossistemas e a saúde da nação, além de retirar a autonomia dos agricultores ao torná-los dependentes de corporações multinacionais.⁸²

Entretanto, o agronegócio nem sempre faz o que quer. O Brasil tem 5,2 milhões de unidades produtivas, das quais 4,4 milhões têm uma área menor que 10 hectares. Estas unidades familiares menores ocupam somente 24% do total de terras aráveis, porém produzem mais da metade dos alimentos consumidos no Brasil. Sua contribuição à produção nacional de dois alimentos básicos, a mandioca (87%) e o feijão (70%), é impressionante. São responsáveis por uma parcela considerável da produção normalmente associada com o agronegócio, como o café (38%), o arroz (34%), aves domésticas (50%), trigo (21%) e soja (16%). A auto-suficiência brasileira deve-se, em grande medida, aos pequenos produtores familiares, e este foi o motivo do Brasil praticamente não ter sido afetado pela crise mundial de alimentos em 2008. Ademais, as pequenas fazendas empregam muitos mais trabalhadores do que o agronegócio, sendo responsáveis por 75% dos empregos na agricultura.⁸³

Quando o antigo sindicalista Luíz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil em

2002, muitos esperavam que ele realizaria o programa de reforma agrária radical que havia prometido durante sua campanha eleitoral. No entanto, uma vez no poder, Lula nunca considerou seriamente fazê-lo, convencido de que seu governo precisava trabalhar em proximidade com o agronegócio, sendo este responsável pela maioria das exportações do país. Contudo, Lula não abandonou a agricultura familiar completamente. Ele assegurou que tivessem acesso a mais fundos do que no passado (embora o agronegócio conseguisse quase dez vezes mais) e realizou um modesto programa de reforma agrária. Também garantiu que pessoas simpáticas às demandas dos pequenos produtores, trabalhadores rurais e sem-terra ocupassem cargos em sua administração.

No entanto, a cada ano que passa fica mais evidente que o modelo agrícola brasileiro não é sustentável. Apesar dos avanços feitos pelo governo Lula, a pobreza, o desemprego e a exclusão social continuam sendo problemas graves, todos relacionados à ausência de reforma agrária. O Brasil, que sofre crescentemente com o que é chamado de “condições climáticas extremas,” ou seja, chuvas torrenciais, secas e ondas de calor, será seriamente afetado por mudanças climáticas. Um dos principais institutos brasileiros de pesquisa já prevê, como consequência, grandes quedas na produção agrícola.⁸⁴

Um dos movimentos-chave que reivindica mudanças é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde a sua criação no início da década de 1980, o MST se transformou em uma poderosa força, ganhando terra pela ocupação de latifúndios improdutivos e organizando marchas e manifestações para pressionar o governo a implementar um novo projeto radical pelo Brasil, incluindo um programa de reforma

agrária de longo alcance. A cada cinco anos o movimento realiza um Congresso Nacional, reunindo milhares de ativistas, no qual estabelece as diretrizes a serem seguidas pelos próximos cinco anos. Em seu Congresso em 2000, o MST recomendou que a agroecologia fosse o principal método a ser utilizado em seus assentamentos. Mesmo assim, o progresso é inconstante. A maior dificuldade é a falta de apoio governamental. Os créditos oficiais, os programas do governo de assistência técnica e as corporações agroindustriais somente promovem os “pacotes tecnológicos” da Revolução Verde.

Não obstante, o MST consegue fazer com que cada vez mais assentamentos pratiquem a agroecologia. Em anos recentes o MST treinou estudantes, muitos deles filhos e filhas de assentados, em cursos universitários de agroecologia. Em novembro de 2010, a primeira turma de 120 alunos graduou no curso de três anos de agroecologia no estado de São Paulo. Os cursos foram financiados pelo PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com contribuições da War on Want e outras organizações não-governamentais. Um destes cursos foi ministrado em Itapeva, próximo ao assentamento Fazenda Pirituba, onde muitas famílias estão começando a praticar a agroecologia.

4.1 As cooperativas da Fazenda Pirituba⁸⁵

Cerca de quatrocentas famílias vivem nas seis agrovilas que compõem o assentamento, localizado em área fértil para cultivo de grãos a cerca de 380 quilômetros a sudoeste do coração industrial brasileiro: a enorme cidade de São Paulo. Na década de 1980, grupos de famílias sem terra da região – meeiros, trabalhadores, cortadores de cana e arrendatários descobriram que a Fazenda

Pirituba pertencia ao Estado, mas tinha sido tomada ilegalmente na década de 1960 por ricos produtores de leite. As famílias começaram a ocupar a terra e reivindicar sua expropriação. Logo receberam apoio do MST para organizar acampamentos provisórios e para reocupar a área quando a polícia os expulsava, o que acontecia com frequência.

Em 1992, a terra foi finalmente expropriada e entregue às famílias como parte do programa da reforma agrária do governo. Cada família recebeu uma casa em uma das agrovilas. No primeiro momento, as famílias praticavam a agricultura convencional, plantando feijão, trigo e milho. Compravam suas sementes, fertilizantes e agrotóxicos do representante da empresa que viajava pelas agrovilas e, como não tinham alternativa, vendiam sua produção a intermediários que pagavam um preço abaixo do valor de mercado. O sonho de ter um pedaço de terra havia se concretizado, porém, continuavam tão pobres quanto antigamente.

Iniciaram, então, um processo de debates ao longo de todos os assentamentos da região, culminando em um fórum realizado em 2003. Com o auxílio de agrônomos e assessores do MST, os assentados analisaram sua situação e optaram por fazer mudanças fundamentais na maneira que praticavam a agricultura. Tomaram várias decisões: diversificar, reduzir e eventualmente eliminar os agrotóxicos; estabelecer cursos de treinamento em agroecologia; iniciar um programa para melhorar o meio ambiente, o que incluía revigorar as nascentes de água (muitas haviam secado) e plantar árvores.

Após o fórum, os assentados se encontraram para planejar como iriam implementar as mudanças. Enquanto todos aceitavam em tese que seria interessante tornarem-se produtores ecológicos, não conseguiam chegar a um acordo sobre a velocidade

desta transição. Ao se deparar com este impasse, a cooperativa finalmente decidiu em 2007 que a terra coletiva seria dividida em lotes individuais, e que cada família decidiria o que fazer com seu lote.

A Agrovila 3 é uma pequena cidade, com padaria, oficina mecânica, bar, sede da cooperativa e de um bem-cuidado campo de futebol. Há uma grande horta e jardim comunitário um chiqueiro, dois biodigestores e um pequeno alambique.

Um dos primeiros assentados a chegar, José Aparecido Ramos (o Zezinho), tem 47 anos e quatro filhos. Ele era meeiro e juntou-se à ocupação em 1986. Sua mulher trabalha na padaria. A casa da família, localizada próxima ao centro da agrovila, é uma construção de alvenaria cercada por árvores. Atrás da casa há uma profusão de mangueiras, bananeiras, mamoeiros, abacateiros e pés de café. As galinhas correm soltas.

Assim como os outros, Zezinho começou cultivando cereais e fazendo uso de produtos químicos. Após o fórum, associou-se a outros que pensavam da mesma forma, e deram início à transformação. Hoje há pessoas por toda parte, trabalhando na terra, andando com carrinhos de mão, limpando o chiqueiro, concertando cercas. Um grupo de cerca de doze mulheres limpam as hortas, tirando o mato. Zezinho diz que, da mesma forma que famílias de outras agrovilas fizeram, plantando árvores nativas, eles revitalizaram uma nascente que estava seca desde 2005. Ao todo, tinham plantado entre seis e sete mil árvores, todas espécies nativas, inclusive para barrar o vento forte e proteger a agrovila. Plantaram mais quatro hectares com eucalipto para abastecer de lenha a padaria, ao biodigestor (digestor de matéria orgânica que produz gás e fertilizantes orgânicos), e para construção de cercas. As mulheres já plantaram 120 espécies de ervas e flores em



Foto: Elcio Carrilho

um trecho de solo protegido por uma cerca alta de arame. O grupo das mulheres, que começou produzindo plantas medicinais há 15 anos, passou há alguns anos a também fazer sabonete.

No centro da Agrovila 5 vive Ana Terra, uma jovem agrônoma bem-disposta, que veio morar no assentamento com o seu companheiro há dois anos após graduar em um colégio agrícola e tornar-se militante do MST. Ela compõe a equipe de apoio do MST que auxilia a cooperativa nas negociações com diferentes agências governamentais e organizações. Claramente impressionada com tudo que as famílias alcançaram, Ana Terra declara que Itapeva é um lugar onde “a reforma agrária deu certo”.

Ana Terra enumera os problemas que tiveram que superar. O primeiro foi a tradição agrícola local, de somente plantar grãos, algo iniciado durante a Revolução Verde da década de 1970. Depois, o fato de que este tipo de agricultura exigia sempre mais agrotóxicos, a custos cada vez mais

elevados, para forçar a terra a produzir três colheitas anuais de feijão, milho e trigo. O solo tinha ficado completamente exaurido e mesmo assim os produtores não recebiam um preço justo por estarem permitindo o esgotamento de suas terras. Ana Terra diz que os programas para os pequenos agricultores introduzidos durante o mandato do Presidente Lula fizeram grande diferença. Permitiram que os assentamentos do MST não precisassem mais de intermediários e pudessem vender seus produtos diretamente, e assim ganhar uma renda pequena, mas crescente.

Quase todas as hortaliças produzidas pelos assentados são orgânicos. Em contraste, ainda cultivam a maior parte dos cereais utilizando insumos químicos. Porém, nesta área também iniciaram a difícil transição à produção orgânica. Para isso, eles recebem muito apoio do MST; um dos seus cursos de agroecologia foi ministrado na Agrovila 5. No entanto, todos concordam que a transição seria muito mais veloz se houvesse mais amparo técnico e financeiro do governo.

5 “Agricultura Natural” no Sri Lanka⁸⁶

36

O Sri Lanka se recupera de dois episódios profundamente traumáticos. Um deles foi o tsunami do Oceano Índico que abalou o país no dia 26 de Dezembro de 2004, causando 36 mil mortes e afetando diretamente a vida de 800 mil pessoas. O outro foi a longa guerra civil entre as forças governamentais e os Tigres da Libertação do Tamil Eelam, popularmente conhecidos como os Tigres do Tamil. Além do grande número de mortes e o deslocamento de centenas de milhares de pessoas, estes traumas causaram fortes danos ao tecido social do país.

Mesmo antes desses acontecimentos, o Sri Lanka era um país pobre, com 45% de seus cidadãos vivendo com menos de dois dólares por dia. A pobreza concentra-se nas áreas rurais, onde vive 72% da população. Porém, governos sucessivos fizeram pouco para ajudar agricultores que somente subsistem; ao invés, promoveram a indústria, as exportações e o turismo. A parcela da agricultura, silvicultura e pesca na produção econômica total caiu de 38,8% em 1960 para 19,4% em 2000.⁸⁷

Existem dois setores agrários claramente diferenciados. Um é composto por grandes plantações de chá, borracha e coco para exportação. Estas plantações ocupam quase um quarto das terras aráveis do país e pertencem ao Estado (em 1975, plantações pertencentes a estrangeiros foram nacionalizadas) que concedeu o seu gerenciamento a 23 empresas privadas. Os cultivos funcionam com mão-de-obra intensiva, empregando pouco mais que a metade da força de trabalho do país. Também são produtivas, contribuindo para cerca de um quinto da renda econômica total do país.⁸⁸ No entanto, os salários dos trabalhadores, majoritariamente mulheres, são os mais baixos de todos os setores.

O outro setor agrário é constituído por agricultores empobrecidos que cultivam arroz, milho, soja, hortaliças e lavouras perenes. Vendem seus pequenos excedentes ao mercado doméstico. Este setor ocupa cerca de 76% do total das terras aráveis e emprega dois milhões de agricultores, 70% dos quais possuem menos de um hectare de terra. Os agricultores encaram sérios problemas. Por décadas, seus lotes que já eram pequenos foram divididos entre os filhos após a morte do chefe da família.⁸⁹ Além disso, foram seriamente prejudicados pela chegada descontrolada e caótica da agricultura moderna.

Os agricultores foram especialmente atingidos pelo programa de liberalização econômica que teve início no final da década de 1970. Até então o país tinha uma tradição de bem-estar social arraigada.⁹⁰ Em 1977, no entanto, o Sri Lanka se encontrou em uma séria crise de balanço de pagamentos, parcialmente causada pela deterioração dos termos comerciais e altas sucessivas no preço do petróleo mundial. O partido de direita Partido Nacional Unido ganhou as eleições e deu início a um processo de liberalização econômica, que incluiu um desmantelamento parcial do setor estatal. Dentre outras medidas, foi decidido que o “Mecanismo de Preço Garantido” (*Guaranteed Price Scheme, GPS*), pelo qual os produtores tinham um preço mínimo garantido para o seu arroz, seria radicalmente reduzido de 30% da safra para 5%. Intermediários passaram a comprar as safras por preços muito mais baixos, reduzindo drasticamente a renda dos produtores. Alguns agricultores até cometeram suicídio.⁹¹

A transformação neoliberal da economia provocou ondas de protesto. A primeira campanha aconteceu em 1980 quando seis organizações de agricultores, lideradas pelo Congresso Camponês do Sri Lanka elaboraram um abaixo assinado que reuniu

60 mil assinaturas contra as reformas neoliberais. As alterações ao processo de regularização de terras foi um dos pontos que mais causou indignação. Até então, quando trabalhadores sem terra se assentavam em terras públicas, o procedimento do governo era esperar até constatar que os assentamentos haviam chegado ao estágio de vila, e então instalava-se um *kachcheri* (uma vara judicial itinerante) para distribuir os títulos de terra aos colonos. O governo extinguiu esta prática, com a esperança de vender a terra aos grandes investidores privados. Ocupar terra vazia sem autorização tornou-se um delito passível de punição. Isso representou um golpe contra agricultores sem terra, pois passou a bloquear seu principal meio de conseguir a titulação da terra. Os manifestantes não conseguiram reverter a nova legislação.

5.1 A ameaça do turismo

O Sri Lanka não é um país grande, mas, sendo uma ilha, sua costa é extensa, cobrindo 1.700 km. O governo acredita que a costa oferece uma bela oportunidade para o país desenvolver o turismo internacional. O plano de turismo do governo foi projetado após o tsunami de 2004. Na época, o site do Conselho de Turismo do Sri Lanka dizia: “Em ironia cruel do destino, a natureza apresentou uma oportunidade única ao Sri Lanka: desta grande tragédia nasce um destino turístico de nível internacional”. Novas zonas turísticas estão sendo criadas e longas porções das melhores praias são entregues à indústria do turismo.

Um mês após o tsunami, o governo havia desenvolvido um plano para transformar 15 cidades costeiras espalhadas por toda ilha em *resorts* turísticos. O primeiro projeto foi o da Baía de Arugam, uma pequena cidade situada ao lado de uma lagoa de 300 hectares na costa leste do país. Além de praias maravilhosas, possui um dos locais mais

privilegiados do mundo para a prática de surfe.⁹²

O Plano de Desenvolvimento de Recursos da Baía de Arugam vislumbra a transformação da área, que há pouco tempo abrigava famílias de pescadores e produtores agrícolas que incrementavam sua renda com hospedarias de temporada para visitantes, em um grande complexo de hotéis com um píer flutuante para aviões e heliporto. Para liberar áreas exclusivas à atividade turística, cerca de 5 mil famílias estão sendo realocadas para cinco locais separados no interior. Tanto o mar quanto a lagoa agora são praticamente inacessíveis às famílias. Existem indicações de que esse modelo de desenvolvimento servirá para as outras áreas.

O Movimento Nacional por Terra e Reforma Agrária (MONLAR), formado em 1990 como rede de organizações de agricultores e ONGs em resposta às crises sócio-políticas do país, critica a maneira pela qual o turismo vem sendo desenvolvido no Sri Lanka. Ao descrever a maneira como o governo tira proveito do tsunami para promover o turismo, escreve: “Esta ‘oportunidade única’ parece estar somente reservada aos agentes do setor imobiliário e àqueles que podem pagar por um destino turístico de nível internacional, mas para a maioria dos sobreviventes do tsunami, a oportunidade de reconstruírem suas vidas com dignidade e de forma sustentável foi perdida. Para eles, a ‘cruel ironia do destino’ não foi o tsunami, mas se encontra no plano governamental de reconstrução orientado ao turismo e aos negócios”.⁹³

5.2 Autonomia baseada na comunidade

O Sri Lanka tem uma ilustre história de manifestações e mobilizações, mas tinha menos sucesso em construir alternativas. Isso está mudando. O MONLAR mantém parceria

com uma organização chamada *New Environment Resources Alliances (New Era)* (Novas Alianças dos Recursos Ambientais, Nova Era) em diversos projetos de agricultura alternativa. A Nova Era trabalha com comunidades na promoção e ensino da eco-agricultura e de práticas agroflorestais. Atualmente, trabalha para desenvolver alternativas à prática de *chena* (coivara) na qual os agricultores adentram a floresta, limpam um ou dois hectares de mata primária, queimam a vegetação e plantam as sementes. Podem usar o mesmo trecho de terra para plantar mais uma lavoura, mas depois é preciso partir para um novo local, pois a capacidade produtiva do solo esgota-se.

A Nova Era e o MONLAR estão coordenando conjuntamente um projeto no sul do Sri Lanka que engloba 43 vilas e que envolve 1.225 agricultores. Uma das vilas que participam do projeto é a Katuwanayaya, no distrito de Monaragala. A vila tem 42 famílias, a maioria das quais praticavam o cultivo *chena* até pouco tempo atrás. Os agricultores expressaram a crescente dificuldade que enfrentavam em suas vidas. Os padrões climáticos vinham mudando, fazendo com que eles só obtivessem uma colheita ao ano, sendo que em tempos passados era possível conseguir duas. Tornou-se cada vez mais difícil de praticar o *chena* devido aos anseios do governo com a destruição florestal. A erosão dos solos havia se tornado um problema grave. Enquanto a renda caía, o preço de insumos agroquímicos e maquinário agrícola subia. Como resultado, a vila se tornava cada vez mais empobrecida, o que levou algumas das famílias a serem mais receptivas a novas idéias.

Uma dessas famílias é a da A.A. Priyanthi e seu marido, Indika Nishantha. Enquanto Indika cuida do rebanho (gado e caprinos) em sua

terra, Priyanthi se ocupa com a lavoura. Priyanthi relata a história da família:

O meu pai chegou nessa vila em 1968. Na época, era uma área de floresta densa. Meu sogro chegou um pouco depois. As nossas famílias praticavam o chena. Eu me casei com o Indika, tivemos dois filhos e continuamos com o chena, utilizando o lote do meu sogro. Trabalhávamos muito, mas o rendimento do nosso trabalho era baixo. Ficávamos com mais e mais dívidas. Tivemos que gastar muito dinheiro com insumos químicos e sementes. A cada ano, tínhamos que aumentar a quantidade de produtos químicos para conseguir uma safra decente. Sentíamos que estávamos virando escravos. Ficamos deprimidos, nos sentíamos impotentes. Não víamos alternativas senão continuar com a prática da chena.

Uma das primeiras coisas que a Nova Era e o MONLAR fizeram foi incentivar as famílias a formarem uma organização baseada na comunidade (CBO, sigla em inglês), na qual podiam discutir seus problemas e as alternativas possíveis. Aos poucos, um plano surgiu. Pouco mais da metade (26) das 42 famílias decidiu adotar práticas agrícolas ecológicas. A família de Priyanthi foi uma delas. “Decidimos sair totalmente da utilização de produtos químicos e adotar ‘princípios de agricultura natural’. Desenvolvemos a conservação dos solos, o manejo da água, a criação e utilização da compostagem, e a agricultura consorciada”. Começaram a guardar sementes para os plantios seguintes, como os agricultores do passado faziam. E passaram a regenerar o solo e a biodiversidade. Priyanthi continua a história:

Antigamente plantávamos um só cultivo e vendíamos nossa lavoura. A renda não era suficiente nem para pagar as dívidas. Então era um problema conseguir comida para nos

alimentar. Estávamos realmente morrendo de fome, subnutridos. Com a agricultura natural, como pode ver, existem centenas de variedades na nossa horta. Agora podemos ir ao jardim, colher qualquer coisa e cozinhar. Temos opções o ano inteiro. Embora ainda estejam na escola, com somente 13 e 9 anos de idade, minha filha e meu filho têm seus próprios canteiros, têm orgulho de contribuir com seus produtos para as refeições familiares. Aprendemos a ter o nosso terreno com várias espécies que satisfazem as necessidades de uma dieta saudável.

Nossa casa era muito básica, não tínhamos móveis. Agora superamos aquela agonia e conseguimos comprar móveis. Quando eu chego em casa tarde, depois de visitar outras vilas para promover a agricultura natural, meu marido cozinha para nós. Ele apóia muito meu envolvimento com outros produtores. Meus dois filhos também me ajudam a limpar a casa, lavar a louça, cozinhar, e até com a plantação. Somos a prova que uma família pode levar uma vida saudável praticando a agricultura natural. Somos uma família feliz.

Priyanthi diz que muitos fatores contribuíram para a melhoria de sua situação financeira. Quando praticavam o *chena*, tinham que comprar quase toda comida nas mercearias. Agora precisam comprar muito menos: somente açúcar, sal, peixe seco e algumas poucas coisas. O gasto semanal da família caiu em dois terços. Também guardam muito dinheiro por não ter que comprar insumos químicos, já que preparam todos os adubos naturais e caldas alternativas que precisam. A produtividade aumentou, ela diz. Com a agricultura diversificada, produzem hoje numa área de 2000 m² tanto quanto produziam em 4000 m².

Os papéis de homens e mulheres mudaram. Devido ao seu papel preponderante no cultivo das lavouras, as mulheres

normalmente são maioria nos programas de treinamento e estão ganhando confiança. Priyanthi acrescenta: “Participávamos de programas de treinamento de gênero. Aprendemos que as pessoas podem ter papéis diferentes, sejam homens ou mulheres. Agora dividimos todo o trabalho em casa. Na nossa organização, há muito mais mulheres do que homens. Antigamente, as mulheres eram confinadas em casa e na lavoura, não participavam das reuniões. Tudo isso mudou”.

Priyanthi apoia com entusiasmo as manifestações contra a intervenção de multinacionais agroquímicas no setor agrícola do Sri Lanka organizadas pela Nova Era e o MONLAR. Além de participar, promove a participação de pessoas de outras vilas. Percebeu que a agricultura natural não pode ser sustentada isoladamente, mas precisa fazer parte de um esforço coletivo, desde a base até níveis internacionais. O MONLAR faz parte da La Vía Campesina, e através dele, Priyanthi visitou a Índia em um programa de intercâmbio. Lá aprendeu muito e agora está compartilhando sua experiência com produtores no Sri Lanka.

Em seu trabalho, Priyanthi aprendeu sobre o conceito de soberania alimentar. Comenta: “Não é, de fato, uma nova idéia, mas algo que já tínhamos, antigamente. Agora muitos agricultores no mundo todo estão tentando reincorporar este conceito, nos sentimos felizes com isso, e orgulhosos de fazermos parte deste movimento”. Priyanthi apóia a agricultura natural por muitas razões, mas talvez sua maior motivação vai de encontro do ponto central da idéia de soberania alimentar: “Para mim, o elemento básico neste conceito da soberania alimentar é que nos permite sentir livres novamente”.

6 Agricultura coletiva em Moçambique⁹⁴

40

Há muito tempo, a terra é motivo de disputa em Moçambique. Em 1964, integrando o amplo movimento de libertação africana, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) iniciou uma campanha de luta armada para acabar com 400 anos de colonização portuguesa. Seu mote era “libertar a terra e os homens”. Moçambique ganhou sua independência em 1975, mas o novo presidente de esquerda, Samora Machel, teve pouco tempo para realizar as reformas prometidas, incluindo a reforma agrária. Forças de oposição anti-comunistas reunidas na RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), apoiadas pelo governo de apartheid da África do Sul e o governo dos EUA, iniciaram uma guerra para tirar a FRELIMO (que tinha apoio da URSS) do poder. Seguiu uma guerra civil longa, violenta, e custosa.

Joaquim Chissano sucedeu Samora Machel, após este ser morto em um acidente de avião em 1986. Em 1987, com o país praticamente falido, Chissano pediu ajuda ao FMI. Junto ao empréstimo econômico, veio a insistência do FMI pela liberalização econômica, mesmo com a guerra seguindo com toda fúria. O FMI exigia duros cortes nos gastos governamentais e restrições ao crédito. A guerra finalmente terminou em 1992, no entanto o país encontrava-se em estado de calamidade. Escolas e hospitais haviam sido destruídos e a dívida externa era enorme.

Desde então, a reconstrução tem procedido bem. Boa parte da dívida externa foi perdoada. O país tem usufruído de crescimento econômico de cerca de 8% ao ano. Mesmo assim, Moçambique ainda é um dos países mais pobres do mundo, com 45% da população vivendo com menos de US\$1 por dia. Segundo o Secretariado Técnico de

Segurança Alimentar e Nutricional, cerca de 35% das famílias moçambicanas passam fome.⁹⁵ Muitos não têm acesso a serviços básicos como água potável, educação e serviços médicos. Em seu relatório que mede o índice de desenvolvimento humano, em 2010, a ONU listou Moçambique como um dos últimos da lista, na 165ª posição entre 169 países.⁹⁶

O setor de agricultura de subsistência, no qual a maioria da população trabalha, tem sido em grande medida negligenciado. O governo concentrou-se na construção do setor exportador, principalmente de camarões, algodão, castanhas de caju, açúcar, frutas cítricas, cocos e madeira. Apesar disso, alguns avanços foram feitos para melhorar a vida das pessoas no meio rural. Como a terra era uma questão tão importante durante a luta de libertação e guerra civil, uma Comissão Interministerial de Terras foi estabelecida em 1995, encarregada de desenvolver uma nova política e de projetar uma nova lei agrária. A Comissão decidiu que títulos de terra individuais no estilo ocidental que ignoravam a importância da propriedade coletiva nas comunidades africanas tradicionais não deveriam ser a única forma de acesso legal à terra. A Comissão começou então a desenvolver alternativas melhor adaptadas à realidade moçambicana.

Um projeto de lei foi formulado e equipes de trabalho foram enviadas às dez províncias do país para ouvir as opiniões das comunidades locais. Uma Conferência Nacional de Terras foi convocada em maio de 1996. Mais de 200 representantes do governo, organizações da sociedade civil, partidos políticos, autoridades tradicionais, setor privado, instituições acadêmicas nacionais e estrangeiras, grupos religiosos, agências doadoras e as Nações Unidas debateram o projeto de lei.⁹⁷ Os debates foram intensos. Alguns estavam

preocupados que seria criada uma situação na qual haveria pouca terra livre disponível, pois quase toda terra pertenceria, de alguma maneira, a uma comunidade. Outros tinham receio de que o reconhecimento legal do direito consuetudinário “congelaria” a população rural em sistemas que perpetuariam a discriminação de gênero.

Finalmente, um consenso foi alcançado. Os cinco pontos principais da lei eram:⁹⁸

- 1** que o direito à posse de terra deveria ser reconhecido sem haver a necessidade de título;
- 2** que o Estado deveria ser obrigado a consultar os ocupantes da terra antes de conceder o direito de uso a terceiros;
- 3** que é mais importante prevenir conflitos do que resolvê-los *a posteriori*;
- 4** que os impostos cobrados pelo Estado deverão ser proporcionais ao tamanho da terra;
- 5** que o direito consuetudinário deve ser reconhecido, contanto que não infrinjam princípios constitucionais.⁹⁹

Em julho de 1997, a Lei de Terras foi aprovada. Trata-se de uma das legislações para o meio rural mais avançadas da África. A despeito disso, esta legislação não se traduziu em avanços verdadeiros para a população rural: a agricultura continua sendo negligenciada pelo governo. Embora empregue 81% da população do país, a agricultura contribui somente com 21% da produção econômica total de Moçambique. Em parte devido à rede de estradas ser tão precária, a venda da produção é dificultada, e a extrema exploração por intermediários é facilitada. Falta comida para muitas famílias no

período da entressafra (de janeiro a março). As mulheres são especialmente vulneráveis; muitas grávidas morrem no parto. Embora homens e mulheres tenham direitos iguais na Constituição e acesso igual à terra pela Lei de Terras, as mulheres são geralmente tratadas como cidadãs de segunda classe.¹⁰⁰

A capacidade agrícola de Moçambique ainda é sub-utilizada. Em 2002, a FAO estimou que somente 12% dos 36 milhões de hectares das terras potencialmente agricultáveis de Moçambique eram cultivados. Isso poderá mudar: empresas estrangeiras estão de olho em oportunidades de terra, seja para produção de alimentos para enviar aos seus países de origem, ou para o cultivo de biocombustíveis. A Lei de Terras de Moçambique deveria proteger comunidades locais mas, segundo o ativista ambiental João Nogueira, isto não está assegurado. “As comunidades não entendem que, ao entregar tais quantidades de florestas, estão destruindo seu próprio sustento, porque é lá onde caçam e coletam frutas, plantas medicinais e materiais de construção”.¹⁰¹

6.1 Mobilização pela Soberania Alimentar

A União Nacional de Camponeses (UNAC) há muito vem batalhando para melhorar a situação dos pequenos agricultores e camponeses. Foi fundada em 1987 por pequenos agricultores que sentiram a necessidade de criar sua própria organização para combater as políticas econômicas neoliberais impostas pelo FMI. Atualmente a UNAC tem 65 mil membros, organizados em 58 sindicatos, e 1.243 associações e cooperativas, além de seus membros individuais. Integrante de La Vía Campesina, a UNAC acredita que, se o país realmente quiser ter auto-suficiência alimentar e lidar com o problema crescente de mudanças

climáticas, pequenos agricultores com seus sistemas ambientalmente sustentáveis de cultivo diversificado de plantios precisam receber muito mais apoio das autoridades.

Após um aumento no preço do pão, tumultos eclodiram em Maputo no final de agosto de 2010, causando várias mortes. A UNAC divulgou uma nota para a imprensa na qual conclamou o governo a repensar radicalmente suas políticas alimentares:

O governo precisa atribuir alta prioridade à produção doméstica de alimentos para minimizar a dependência em relação ao o mercado internacional. Agricultores e pequenos produtores deveriam ser incentivados com preços melhores pelos seus produtos a produzir comida para si mesmos, suas comunidades e cidades. Isso se traduz em maior investimento na agricultura camponesa, assim como medidas para controlar as importações de comida barata. Em contraste com a agricultura de exportação de grande escala, a agricultura camponesa significa construir sobre a experiência antiga e acumulada pelas comunidades camponesas em produzir alimentos orgânicos de alta qualidade, respeitando hábitos e costumes locais, além de estar livre dos impactos maléficos da especulação.

Caso isso não seja cumprido, assistiremos mais e mais sérias revoltas devido ao preço dos alimentos, como a que aconteceu na última semana. A comida não é uma commodity qualquer. É inaceitável que uma população, majoritariamente pobre, fique a mercê dos mercados globais para decidir se comerá ou não, especialmente em um país como o Moçambique, que tem terra e recursos naturais o suficiente para garantir alimentos para todos que vivem tanto no campo quanto nas cidades. Ao invés de colocar o País numa situação vulnerável frente à especulação dos alimentos, devemos conclamar ao governo para adotar uma política de soberania alimentar.¹⁰²

A UNAC está começando a apoiar as comunidades rurais a desenvolverem projetos na área da soberania alimentar. Frequentemente trabalha em associação com a União Geral de Cooperativas Agropecuárias de Maputo (UGC), fundada por mulheres em situação de pobreza durante os piores anos da guerra civil. Muitos de seus membros fundadores eram viúvas ou tinham sido deixadas por seus maridos que trabalhavam na África do Sul como “trabalhadores imigrantes”.¹⁰³ Hoje a UGC se tornou um empreendimento exitoso, fornecendo boa parte das frutas, legumes e frangos consumidos em Maputo. Sua influência no campo está crescendo.

6.2 Resgatando o conhecimento tradicional

Uma das comunidades onde a UNAC e a UGC tem trabalhado é Muezia, no distrito de Monapo, na província de Nampula no Moçambique central, próximo à costa. A única ligação da comunidade com o resto do mundo é uma estrada de chão que se torna praticamente intransitável durante a estação das chuvas. Muezia é uma comunidade muito antiga. Segundo Armando Vireque, o chefe da vila, foi fundada bem antes do período colonial. Durante a guerra civil teve que ser evacuada, mas quando o conflito terminou, as pessoas voltaram. Hoje a comunidade tem quase quatro mil moradores.

A comunidade possui um pequeno armazém que vende bens manufaturados. Além de uma feira local, operante somente aos sábados, a principal via de saída para a produção é uma feira maior no distrito de Meconta que fica a 35 km de distância. A única maneira de chegar é de bicicleta ou a pé. Durante a colheita, intermediários aparecem por ali, mas pagam preços muito baixos. A comunidade tem, em tese, duas escolas, mas a maioria das crianças não as



Foto: War on Want

frequentam por falta de professores. Em vários aspectos, esta é uma típica comunidade rural que sofre dos mesmos problemas que milhares de outras.

Além de cultivar seus lotes individuais, membros da associação trabalham no terreno coletivo, chamado de *machamba*. Os agricultores produzem milho, amendoim, mandioca, *mapira* (uma fruta), gergelim, arroz, feijão, banana e cana-de-açúcar. Decidem coletivamente o que se deve plantar na *machamba*. O trabalho para promover a soberania alimentar vem sendo feito pelas associações que foram estabelecidas na comunidade. Alguns membros, conhecidos como facilitadores, receberam treinamento em técnicas agroecológicas e eles, por sua

vez, treinam outros membros. O sistema funciona bem porque as técnicas são simples de aprender, além de serem claramente benéficas. Incluem a produção de adubos verdes, feitos das folhas dos pés de amendoim e feijão, esterco caprino e outros ingredientes. Os repelentes de pragas são feitos com sabonete, tabaco, pimenta e plantas nativas. Os agricultores também estão sendo treinados para combater a erosão do solo.

Na realidade, os agricultores estão recuperando o conhecimento tradicional, aprimorado em alguns casos por agrônomos agroecológicos. Boa parte deles claramente sente-se satisfeita com o que estão fazendo. Assim como antigamente, reservam sementes para plantarem no ano seguinte. Ansiosos

para expandir seu “banco” de sementes tradicionais, estão fazendo o que a UNAC e a UGC sugerem, trocando sementes com famílias camponesas de outras áreas. Também já expandiram para a criação de animais: galinhas, patos, cabras e gado. Os membros das associações gostariam de treinar outras comunidades em técnicas agroecológicas, mas é difícil fazê-lo, dizem, porque não há veículos e a única forma de chegar às outras comunidades é a pé ou de bicicleta.

Amina Vachaneque, uma mulher de 65 anos, diz que as associações trouxeram benefícios individuais e coletivos. Cita especialmente a compra de maquinário agrícola, a construção de um engenho de açúcar, o suprimento de cabras para cruzamento e os cursos de treinamento. Ela afirma que os métodos ecológicos para o controle de pragas estão

funcionando; suas lavouras não são mais atacadas. Sua lavoura mais rentável é o gergelim, que fornece uma renda monetária. Seus problemas principais, diz, vêm dos intermediários que proliferam na região durante a época da colheita e oferecem preços baixíssimos: “eles determinam o preço, não temos opção senão vender para eles”.

Atija Almeida, outro membro de uma das associações, declara que a situação dos agricultores melhorou, mas que ainda existem dificuldades: “Fevereiro é o pior mês porque nossas lavouras plantadas em dezembro não estão prontas para serem colhidas. Precisamos de dinheiro para enviar as crianças à escola, para pagar o tratamento médico se alguém adoecer, e para comprar roupas e outras coisas”.

A história da agricultura no Reino Unido é uma história de desapropriação e empobrecimento, mas também de resistência e coragem. Já no século XIII, grandes proprietários na Inglaterra começaram a cercar o que até então era terra comum utilizada pelos servos para cultivo e criação. Este processo, conhecido como *enclosures* (cercamentos) intensificou-se nos séculos seguintes, quando os senhores feudais buscaram apropriar-se de mais terras para desenvolverem a lucrativa criação de ovelhas. Nas *highlands* (terras altas) escocesas, um processo parecido, lá conhecido como *clearances* (varreduras), forçou as dezenas de milhares de pessoas a saírem de suas terras durante ondas brutais de despejos. Muitos foram obrigados a emigrar, mesmo que isso envolvesse uma viagem arriscada para terras desconhecidas.

Camponeses e trabalhadores resistiram ao longo dos séculos, combatendo as *enclosures* e o empobrecimento do campesinato. Em junho de 1381 uma insurreição nacional se congregou atrás de Wat Tyler, John Ball e Jack Straw e marcharam até Londres no que ficou conhecido como a Revolta Camponesa. Embora tenha fracassado e seus líderes tenham sido decapitados, a revolta prenunciou o fim do feudalismo e estabeleceu uma tradição radical na política britânica. Esta tradição foi mantida no século XVII por grupos como os *Diggers* (cavadores), que conclamou os pobres a organizarem-se através de ações diretas para tomarem a terra de volta. Seu mais conhecido líder, Gerrard Winstanley, declarou que um terço da Inglaterra era composto por “terras improdutivas desperdiçadas, que os nobres não permitem aos pobres cultivar”. Se essa terra fosse utilizada de forma apropriada,

disse, ela poderia fornecer em dez vezes os alimentos que a população necessitava, pondo um fim à mendicância e ao crime. Eventualmente os *Diggers* foram derrotados, porém seu legado também vive nas rebeliões que sucederam e nas manifestações dos dias atuais.¹⁰⁴

A despeito dessa resistência, a Grã Bretanha tornou-se o primeiro país no mundo no qual a maioria da população perdeu contato com a terra. Hoje somente 1,5% da população trabalhadora está envolvida com a agricultura. Em termos estritos, a agricultura contribui com somente 1% ao produto interno bruto (embora haja muito mais pessoas empregadas nos setores de processamento de alimentos e de varejo). Em boa medida devido ao fato de que a população urbana tornou-se ainda mais distante da agricultura na segunda metade do século XX, com o desenvolvimento de grandes monoculturas de capital intensivo, a Grã Bretanha tornou-se uma nação de consumidores passivos em um sistema verticalizado.¹⁰⁵

Neste ambiente, não é de se surpreender que os supermercados conseguiram crescer num ritmo tão acelerado, encontrando pouca da resistência com a qual se depararam na França, por exemplo, onde a cultura camponesa segue viva e saudável. Os supermercados oferecem um local de “parada única” aos consumidores, onde podem comprar quase tudo que precisam. Poucos conseguem resistir à enganosa oferta de comida barata e conveniente, e a maioria ignora o mal que essas cadeias estão fazendo aos fazendeiros e lojas locais, sem mencionar os milhões de trabalhadores no hemisfério sul que recebem salários baixíssimos como resultado da pressão de cima para baixo que os supermercados exercem sobre seus fornecedores.¹⁰⁶

Os supermercados têm bastante domínio sobre a cadeia de suprimentos. Os quatro grandes, Tesco, Sainsbury's, Morrison e Asda, controlam mais que três quartos do mercado de gêneros alimentícios; um em cada quatro consumidores compra somente no Tesco. Embora poucos fornecedores tenham a coragem de criticá-los abertamente por temerem perder seus contratos, eles reclamam do tratamento que recebem dos supermercados, que mudam os acordos de última hora e que pagam preços baixos que sequer cobrem os custos da produção. Mercarias locais têm sido gravemente afetadas. Alvarás de construção para novos supermercados são aprovados, em média, todos os dias; somente em 2009, doze mil lojas independentes foram obrigadas a fechar.

Como já apontado acima, a *Competition Commission* do governo britânico conduziu uma investigação de dois anos sobre a relação entre os supermercados e os fornecedores, cujos resultados foram publicados em 2008.¹⁰⁷ O relatório conclui que os supermercados estavam cometendo abusos e recomendou introduzir um mediador para vigiar a relação entre os supermercados e seus fornecedores. Em maio de 2011, o governo britânico publicou um projeto de lei de modo a estabelecer um árbitro com poderes para fazer valer e fiscalizar o Código de Gêneros Alimentícios. Mesmo que isto não reduza o controle geral que os supermercados têm do sistema alimentar, a possibilidade de um forte mediador representa uma oportunidade para exigir que os maiores varejistas se responsabilizem pelos piores abusos de poder que cometem.

Formas alternativas de agricultura e produção estão começando a criar raízes na Grã Bretanha. É um meio de desafiar o domínio dos supermercados. Redes de alimentos locais estão sendo criadas. Destas, talvez a de maior sucesso é a *Making Local Food*

Work (“Fazendo a comida local dar certo” – www.makinglocalfoodwork.co.uk), um portal para diversas feiras de produtores (nas quais os agricultores vendem seus produtos diretamente aos consumidores), mercearias comunitárias, cooperativas e grupos de compra.¹⁰⁸ Os parceiros trabalham juntos apoiando a distribuição local de alimentos, dividindo informações e auxiliando uns aos outros na compreensão de regulamentação e legislação relevantes. Cerca de 600 empreendimentos estão envolvidos, com cerca de 1,4 milhões de pessoas participando de alguma forma. Outros produtores, particularmente os agricultores orgânicos, estão vendendo diretamente em mercearias agrícolas ou estão montando mecanismos de postagem via internet.

O único membro britânico da La Vía Campesina é a *Scottish Crofting Federation* (Federação Escocesa de *Crofting*,¹⁰⁹ SCF, sigla em inglês) que trabalha com pequenos agricultores nas *Highlands* escocesas. Ao anunciar a decisão de integrar a La Vía Campesina em 2009, Norman Leask, representantes da SCF, declarou:

*A luta pelos direitos dos agricultores de pequena escala, ou camponeses, é algo que está acontecendo no mundo inteiro, algo que deveria ser preocupação de todos. Os crofters fazem parte desta luta, batalham para obterem um trato justo pelos seus esforços e modo de vida. Camponeses no mundo todo são a espinha dorsal das economias e comunidades rurais; o dia de hoje pertence a eles.*¹¹⁰

7.1 Fazenda Fordhall, Shropshire

Talvez devido ao fato de a revolução industrial ter nascido na Grã-Bretanha, a agricultura do país é hoje profundamente industrializada. As terras agricultáveis são

incessantemente forçadas a produzir cada vez mais com menor custo. Seus solos, outrora férteis, perderam seus principais nutrientes, deixando suas frutas e vegetais sem gosto algum.

Uma das tentativas mais notáveis de se desenvolver uma maneira mais saudável e ambientalmente adequada de produzir alimentos vem acontecendo em uma fazenda de 57 hectares ao lado da cidade de Market Drayton, no condado de Shropshire. Arthur Hollins era um arrendatário que arrendava as terras da fazenda Fordhall do proprietário. Ele deixou a escola aos 14 anos para cuidar da fazenda após a morte de seu pai. A terra era cultivada intensivamente, com a criação de animais e horticultura. Além de leite, produzia-se iogurte: foi uma das primeiras fazendas no Reino Unido a fazê-lo.

“Meu pai sempre teve um pensamento independente,” diz sua filha Charlotte, de 28 anos, que hoje administra a fazenda ao lado de seu irmão, Ben, de 26. “Ele percebeu como o solo do bosque, que não tinha interferência, era cheio de vida em comparação com os campos, nos quais fertilizantes eram utilizados,” conta. “Ele se perguntou porque as plantas se desenvolviam tão bem lá enquanto as lavouras iam tão mal. Ele percebeu que além de deixar os produtos químicos destruírem a fertilidade do solo estava pagando muito dinheiro às empresas que os fabricavam!”

Hollins obteve pouca ajuda em sua busca por um modo de agricultura alternativo. Após a Segunda Guerra Mundial, ele desenvolveu um sistema que apelidou *foggage*, para manter os pastos férteis e reduzir sua dependência sobre insumos externos custosos. Decidiu, então, que a qualidade do capim era a chave de tudo. Começou a cultivar uma diversidade de capins e ervas nos pastos (hoje há 45 tipos) e fazer um rodízio com o gado para

prevenir que alguma parte ficasse desgastada. A variedade de plantas fornecia uma dieta saudável para os animais enquanto a estrutura firme das raízes significou que os animais podiam passar o inverno nos campos sem estragarem o chão. Arthur trabalhou em seus campos por mais de meio século e, segundo sua filha, somente um pouco antes de morrer que achou que tinha acertado, em 2006.

Entretanto, os últimos anos de sua vida não foram felizes. O proprietário das terras queria expulsá-los para que pudesse vendê-las a empreendedores. Arthur foi obrigado a lutar nos tribunais contra sucessivas ordens de despejo. Sempre ganhou, mas quando morreu, a fazenda se encontrava mal-cuidada e à beira da falência. Restavam somente onze vacas.

Devido às demoras, o proprietário perdeu o comprador, embora tivesse conseguido vender cerca de 4 hectares à Müller Dairies, uma grande fabricante de iogurtes alemã. Suas instalações de última geração são claramente visíveis da fazenda. “É irônico, não é,” comenta Charlotte. “A nossa fazenda leiteira, que foi a pioneira em produção de iogurtes no Reino Unido, foi obrigada a fechar e agora vemos essa gigante fábrica de iogurtes do outro lado da cerca, todos os dias”.

Parecia que tinham perdido, mas Charlotte e Ben pensavam diferente. Decidiram salvar a fazenda lutando pela retaguarda. Conseguiram convencer o proprietário a lhes dar um ano para arrecadarem US\$1,3 milhões para comprarem a fazenda. Com o auxílio da Stroud Common Wealth, uma consultoria que aconselha em negociações de terras comunitárias baseada no condado de Gloucestershire, montaram a *Fordhall Community Land Initiative* (Iniciativa de terras da comunidade Fordhall, FCLI – sigla em inglês). Começaram a divulgar seus esforços na imprensa e a expedir ações

da cooperativa: cada uma custava US\$80. Surpreendentemente, a quantidade certa de pessoas respondeu ao apelo e, bem a tempo, logo antes do prazo final de 1 de julho 2006, arrecadaram a soma. Ben agora arrenda a terra da *Fordhall Community Land Initiative*, que também emprega a Charlotte. É a primeira fazenda comunitária do Reino Unido.

Hoje em dia, Ben cuida dos animais: gado, ovelhas e porcos. Devido ao fato de que mesmo no inverno, suas 90 ovelhas e 75 vacas se alimentam do pasto, ele não precisa comprar ração e assim fica protegido de aumentos no preço mundial de alimentos. Porém, ainda compra milho para seus 30 porcos da raça *Gloucester Old Spot*. Suas vacas nunca dão cria no outono, apenas na primavera, assim, durante o inverno não há vacas tentando alimentar novilhos e a si mesmas. De forma parecida, as ovelhas dão cria na segunda metade de março, quando o capim fresco está começando a brotar, o que permite que desenvolvam bastante leite para amamentar os cordeiros recém-nascidos. Embora a produtividade seja mais baixa do que nas fazendas industriais, Ben, que vende

a maior parte de sua carne direto aos consumidores, está conseguindo tirar saldo positivo. Porém não há expectativa de reabrir a leiteira, devido à baixa dos preços no Reino Unido.

Charlotte prossegue com as outras atividades. Edita o boletim que é enviado a todos os acionistas e apoiadores, cuida da loja da fazenda e do centro educacional. Mantém contato com muitos grupos locais e ajuda a coordenar os vários voluntários que chegam durante o ano inteiro para ajudar no desenvolvimento do projeto. A antiga leiteira foi convertida em centro comunitário que irá abrigar o escritório e a sala de aula para os cursos, e possibilitar que recebam mais visitas escolares e inaugurem um café.

Outras iniciativas deste tipo estão sendo desenvolvidas em outras regiões da Grã-Bretanha. “A maré está mudando,” afirma Charlotte. “As pessoas estão começando a perceber que alimentos de boa qualidade, produzidos de maneira verdadeiramente sustentável, são essenciais para a nossa saúde e para a saúde do planeta”.



Colheita de cultura de batata por voluntários na Fazenda Fordhall, Agosto 2011



As comunidades que descrevemos no Brasil, Sri Lanka, Moçambique e Reino Unido estão mostrando o caminho para termos um sistema de produção de alimentos sustentável baseado na soberania alimentar. A despeito das diferenças nos modos de vida das famílias nos quatro países, as semelhanças em suas histórias são surpreendentes. Todas as famílias compreendem a partir da própria experiência que os insumos químicos são nocivos à terra e à saúde das pessoas; sabem como os “pacotes” tecnológicos parecem tentadores e quão rápido é o caminho para o endividamento que causam; sabem como é opressor viver em dívida com corporações multinacionais.

As experiências que descrevemos são animadoras e inspiradoras, porém, são fragmentadas e isoladas. Todas as famílias nos disseram que recebem pouco amparo das autoridades, e que poderiam realizar muito mais se obtivessem financiamento adequado e assistência técnica apropriada. Esta falta de ajuda dos governos não faz sentido. A agricultura agroquímica é uma das principais forças que estão empurrando o mundo para além de seus limites, em direção à fome generalizada e aos desastres ambientais, portanto os governos precisam incorporar urgentemente os princípios da agroecologia e da soberania alimentar às suas políticas nacionais.

A soberania alimentar oferece uma solução política a uma crise política – a crise do sistema alimentar global. Para que esta solução crie raízes e torne-se eficiente, é necessário tanto a conscientização quanto a ação por parte de todos os atores sociais. A War on Want produziu este relatório visando desenvolver esta consciência e para ajudar a construir um movimento global pela soberania alimentar. No entanto, mudanças estruturais na ordem econômica mundial serão necessárias de modo a transformar

o sistema alimentar e acabar com o escândalo da fome no mundo.

A War on Want acredita que:

- todos os governos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil pelo mundo deveriam apoiar fortemente iniciativas pela construção da soberania alimentar;
- governos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil no mundo todo deveriam apoiar La Vía Campesina em suas iniciativas para criar alternativas agroecológicas à monocultura com uso intensivo de insumos químicos;
- as instituições financeiras internacionais deveriam respaldar publicamente a conclamação do Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação aos governos nacionais em todo o mundo para que incorporem a agroecologia em seus planos nacionais, e que forneçam financiamento adequado e apoio à pesquisa;
- a agricultura deveria ser retirada da competência da Organização Mundial do Comércio imediatamente, permitindo que os países possam proteger seus agricultores contra a volatilidade dos mercados mundiais de alimentos;
- especulações feitas por *hedge funds* e outras instituições financeiras na área de alimentos deveriam ser declaradas ilegais;
- os governos deveriam estabelecer medidas urgentes para interromper a compra especulativa ou arrendamento mercantil (*leasing*) por instituições financeiras ou governos estrangeiros de terras em países mais pobres (a “usurpação de terra”);
- medidas fortes deveriam ser tomadas para prevenir o monopólio do varejo de alimentos pelos supermercados, o que leva ao fechamento de lojas independentes e à exploração dos fornecedores.



Notas

- ¹ 'O termo "hemisfério sul" será utilizado aqui para traduzir o conceito *Global South*, para referir principalmente às nações da América Latina, África e Ásia; porém, alguns países do hemisfério sul geográfico, como a Austrália e Nova Zelândia, não pertencem a este grupo de nações, por terem um Índice de Desenvolvimento Humano elevado; da mesma forma, algumas nações européias podem pertencer ao *Global South*.
- ² 'More people than ever are victims of hunger'. Informativo à mídia. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), junho 2009
- ³ *The State of Food Insecurity in the World, 2010: Addressing food insecurity in protracted crisis*. Roma: FAO, 2010
- ⁴ Ver 'Extraindo o lucro', na seção 2.4
- ⁵ JE da Veiga, 'Poverty alleviation through access to land: the experience of the Brazilian agrarian reform process', *Land reform, Land Settlement and Cooperatives*, 2003/2, p. 59-68
- ⁶ Tristram Stuart, *Waste: Uncovering the Global Food Scandal*. Londres: Penguin, 2009
- ⁷ Ritambhara Hebbar; 'Framing the Development Debate: The Case of Farmers' Suicide in India', In: C Sengupta & S Corbridge (eds.), *Democracy, Development and Decentralisation in India: Continuing Debates*. Nova Deli: Routledge, 2010
- ⁸ *Improving Access to Land and Tenure Security*. Roma: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, 2008
- ⁹ *Agriculture at a Crossroads*. Relatório Global da Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas (IAASTD). Washington DC, 2009
- ¹⁰ Michel Pimbert, *Towards food sovereignty: reclaiming autonomous food systems*. Londres: Instituto Internacional pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2008
- ¹¹ Bill Vorley, *Food, Inc: Corporate concentration from farm to consumer*. Londres: UK Food Group, 2003
- ¹² *Hedge funds* são fundos que se caracterizam por investimentos agressivos e de alto risco alavancados geralmente por recursos oriundos do sistema bancário.
- ¹³ *Global Diversity Outlook 3*, Montreal: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), 2010
- ¹⁴ Tristram Stuart, *Waste: Uncovering the Global Food Scandal*. Londres: Penguin, 2009
- ¹⁵ *Agriculture at a Crossroads*. Relatório Global da Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas (IAASTD). Washington DC, 2009. Estimativas alternativas sugerem uma proporção de 16:1; ver Ellen Messer & Laurie Derose, 'Food shortage', in: L DeRose, E Messer & S Millman (eds.), *Who's hungry? And how do we know? Food shortage, poverty, and deprivation*. Tóquio: United Nations University Press, 1998, p. 53-91
- ¹⁶ *Livestock's Long Shadow: Environmental issues and options*. Roma: Iniciativa LEAD (Produção Animal, Ambiente e Desenvolvimento, 2006
- ¹⁷ Para um panorama geral dos impactos dos programas de ajuste estruturais do FMI, ver: *Structural Adjustment: The SAPRI Report. The Policy Roots of Economic Crisis, Poverty and Inequality*. Londres: Zed Books, 2004; M Chossudovsky, *The Globalisation of Poverty: Impacts of IMF and World Bank Reforms*. Londres: Zed Books, 1997
- ¹⁸ 'Agri Export Zones: An Update', *Agri Export Advantage*, 4/2. Banco de Exportação-Importação da Índia, 2005, p. 8-9.
- ¹⁹ RM Vidyasagar & KS Chandra, 'Farmers' Suicides in Andhra Pradesh and Karnataka: Debt Trap or Suicide Trap?', *Countercurrents.org*, 20 de junho 2004
- ²⁰ Laura Carlsen, 'The Mexican Farmers' Movement: Exposing the Myths of Free Trade', *Americas Policy Report*. Fórum Internacional sobre a Globalização, 25 de fevereiro 2003
- ²¹ *Trading Away Our Jobs: How free trade threatens employment around the world*. Londres: War on Want, março 2009
- ²² 'Mexico imports 40% of the food it consumes, Universal reports', *Bloomberg*, 31 de janeiro 2011
- ²³ 'Mexican corn contamination confirmed', *AFP*, 24 de fevereiro 2009
- ²⁴ 'Haiti's farmers call for a break with neoliberalism', *Seedling*, julho 2010, p. 21-24
- ²⁵ Eric Holt-Giménez & R Patel, *Food Rebellions! Crisis and the Hunger for Justice*. Oakland: Food First Books, 2009
- ²⁶ Francês M Lappé, Joseph Collins & Peter Rosset, *World Hunger: 12 Myths*. Londres: Earthscan, 2ª. ed, 1998, cap 5
- ²⁷ Sue Branford & Jan Rocha, *Rompendo a Cerca – A História do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004
- ²⁸ MW Rosegrant & Prabhu L Pingali, *Confronting the environmental consequences of the Green Revolution in Asia*. Washington DC: International Food Policy Research Institute, 1994
- ²⁹ Miguel Altieri, 'Ecological impacts of industrial agriculture and the possibilities for truly sustainable farming'. College of Natural Resources. Berkeley: University of California, 2000
- ³⁰ Mais de 500 espécies de insetos, ácaros e aranhas desenvolveram algum nível de resistência aos

- agrotóxicos. Ver: JoyN Landis (ed.), *Fruit Crop Ecology and Management*. East Lansing: Michigan State University, 2002
31. Felicity Lawrence, "Should we worry about soya in our diet?", *Guardian*, 25 de julho 2006
32. Economist Intelligence Unit, Global Forecasting Service, 'Soybeans', 15 de dezembro 2010
33. World Soybean Production, 2009; <http://soystats.com>
34. Raj Patel, *Stuffed & Starved: Markets, Power and the Hidden Battle for the World Food System*. Londres: Portobello Books, 2007, p. 166
35. Fawzi A Taha, *The Poultry Sector in Middle-Income Countries and Its Feed Requirements: The Case of Egypt*. US Department of Agriculture Economic Research Service, dezembro 2003
36. H Friedmann, 'Feeding the Empire: The Pathologies of Globalized Agriculture' In: C Leys & L Panitch, (eds.), *The Empire Reloaded: Socialist Register 2005*. Londres: Merlin, 2004, p. 124-43
37. R Patel, *Stuffed & Starved: Markets, Power and the Hidden Battle for the World Food System*. Londres: Portobello Books, 2007, p. 166, 198.
38. Carlos Caminada, 'Brazilian poultry processor Perdigão takes over Sadia', *Bloomberg*, 19 de maio 2009; R Orihuela, 'Where's the beef? Not in Argentina as drought drives away Brazil's JBS', *Bloomberg*, 23 de setembro 2010
39. 'Shell in row over Brazilian land grab', *Survival International*, 29 de setembro 2010
40. Em inglês, a expressão *race to the bottom* é usada quando empresas ou países barateiam seus produtos ou sua moeda para tornarem-se mais "competitivos," o que tem um efeito negativo sobre os trabalhadores da empresa ou sobre os cidadãos do país, pois acabam trabalhando mais, frequentemente em piores condições, por menos.
41. A América Latina e a Ásia são responsáveis por quase 48% das vendas totais de US\$40.737 milhões, comparados com 46% da América do Norte e Europa. Ver: A Beer, 'Developing agchem markets dominate in 2010', *Agrow.com*, 10 de março 2011
42. Ritambhara Hebbur, 'Framing the Development Debate: The Case of Farmers' Suicide in India', In: C Sengupta & S Corbridge (eds.), *Democracy, Development and Decentralisation in India: Continuing Debates*. Nova Deli: Routledge, 2010
43. *Bittersweet: A Briefing Paper on Industrial Sugar Production, Trade and Human Rights in Cambodia, Bridges Across Borders Cambodia*, setembro 2010
44. John Vidal, 'EU biofuels significantly harming food production in developing countries', *Guardian*, 15 de fevereiro 2010; T Josling, D. Blandford & J Earley, *Biofuel and Biomass Subsidies in the US, EU and Brazil: Towards a Transparent System of Notification*. Washington DC: International & Agricultural Trade Policy Council, 2010, p. 14
45. Simon Freemantle & J Stevens, 'Economics BRIC and Africa – Brazil weds itself to Africa's latent agricultural potential', *Standard Bank*, 1 de fevereiro 2011
46. 'Mozambique cancels contract with Procana', *Checkbiotech.org*, 4 de janeiro 2010
47. 'Seized: the 2008 landgrab for food and financial security', *GRAIN*, outubro 2008
48. Ruelle A Castro, 'Experts warn of risks in unbridled foreigners' access to farmlands', *Malaya Business Insight*, 26 de novembro 2010
49. Olivier De Schutter, 'Food Commodities Speculation and Food Price Crises: Regulation to reduce the risks of price volatility', Briefing Note 02, setembro 2010; ver também: *The Great Hunger Lottery: How banking speculation causes food crises*. Londres: World Development Movement, 2010; P Wahl, 'Food speculation the main factor of the price bubble in 2008', Berlin: WVEED, fevereiro 2009
50. *Modern and Mobile – the future of livestock production in Africa's drylands*. Londres: International Institute for Environment and Development, 2009
51. 'Pressure on farmland is increasing at an unprecedented rate, warns new UN report', comunicado à imprensa do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 21 de outubro 2010
52. 'Biodiversity for Food and Agriculture: Crop Genetic Resources'. Roma: Departamento de Gerenciamento de Recursos Naturais e do Meio Ambiente, FAO, 1998
53. Esta seção foi retirada principalmente de Rosemary Hoskins 'How green are our apples? A look at the environmental and social effects of apple production', S.A.F.E. Alliance, *Food Facts*, 4, 1999
54. Maire Woolf, 'Rotting away: demise of the English orchard is blamed on red tape and bland imports', *Independent*, 19 de junho 2004
55. 'British supermarkets still not supporting native apples', *Friends of the Earth*, informativo à mídia, novembro 2005
56. Jon Ungoed-Thomas, 'British prawns go to China to be shelled', *Sunday Times*, 20 de maio 2007; T Yaqoob, 'British seafood shipped to Thailand – and back – just to have the shells removed', *Daily Mail*, 16 de novembro 2006
57. *Agriculture at a Crossroads*. Relatório Global da Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas (IAASTD). Washington DC, 2009; *The Future of Food and Farming: Challenges and choices for global sustainability*, Londres: Government Office for Science, 2011
58. Entrevista com o Professor Tim Lang, *Seedling*, julho 2008, p 13-15
59. Para mais informações visite o website da Telescopy: www.telescopy.org

- ^{60.} A *Competition Commission* é uma instituição pública independente do Reino Unido que conduz investigações acerca de fusões, mercados e regulamentos dos grandes setores industriais. Ver <http://www.competition-commission.org.uk/>
- ^{61.} *The Supply of Groceries in the UK Market Investigation*. Competition Commission, Final Report, abril 2008
- ^{62.} *Draft Groceries Code Adjudicator Bill*. Londres: Department for Business, Innovation and Skills, 2011; Alex Renton, 'Supermarkets set to derail bill to protect suppliers', *Observer*, 3 de julho 2011
- ^{63.} A definição completa está incluída na Declaração de Nyéléni. Disponível em www.nyeleni.org
- ^{64.} *Agriculture at a Crossroads*. Relatório de Síntese da Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas (IAASTD). Washington DC, 2009. Apesar de endossar o resumo, o governo britânico entrou com uma ressalva nesta altura no sentido de que não há uma definição de Soberania Alimentar internacionalmente aceita. Ver o Anexo do Resumo, p. 12, nota 3
- ^{65.} 'Food Sovereignty in Europe Now!' Declaration final do Fórum Europeu pela Soberania Alimentar 2011. Krems, Áustria, 21 de agosto 2011
- ^{66.} Peter M Rosset, Bráulio M Sosa, Adiley M Roque Jaime, Dora Rocio A Lozano, 'The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty', *Journal of Peasant Studies*, 38/1, janeiro 2011, p. 161–191
- ^{67.} Para maior elaboração para além das fontes listadas aqui, ver: Hannah Wittman, Annette A Desmarais, Nettie Wiebe (eds.), *Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community*. Oakland: Food First Books, 2010; M Indfuhr, J Jonsén, *Food Sovereignty: Towards Democracy in Localised Food Systems*. Rugby: Practical Action Publishing, 2005
- ^{68.} *Trade Reforms and Food Security: Conceptualizing the linkages*. Roma: FAO, 2003, Cap. 2
- ^{69.} Michel Pimbert, *Towards food sovereignty*. Londres: Instituto Internacional pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento, novembro 2009
- ^{70.} 'Voluntary Guidelines to support the progressive realization of the right to adequate food in the context of national food security', adotado pela 127ª Sessão do Conselho da FAO, novembro 2004; reproduzido em *The Right to Food Guidelines: Information papers and case studies*. Roma: FAO, 2006
- ^{71.} *Eliminating World Poverty: Building Our Common Future*. Londres: Department for International Development, julho 2009, p. 35-37; ver também: 'DFID/Defra Policy Narrative on Global Food Security and Sustainable Agriculture', Londres: DFID, março 2010
- ^{72.} 'G8 Leaders Statement on Global Food Security', Toyako, 8 de julho 2008
- ^{73.} 'Mitchell: Crops are key in fight against climate change', comunicado à imprensa, DFID, 4 de dezembro 2010
- ^{74.} 'Ending Striga's reign with IR maize', *briefing* de estudo de caso, DFID, 18 de março 2011
- ^{75.} Michel Pimbert, *Towards food sovereignty*. Londres: Instituto Internacional pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009
- ^{76.} Relatório entregue por Olivier de Schutter; Relator Especial Sobre o *Direito à Alimentação*, Documento da ONU A/HRC/16/49, 20 de dezembro 2010
- ^{77.} Jules Pretty et al. 'Resource-conserving agriculture increases yields in developing countries', in *Environmental Science and Technology*, 40/4, 2006, p. 1114-111
- ^{78.} Tim J LaSalle & Paul Hepperly, *Regenerative Organic Farming: A Solution to Global Warming*. Kutztown: Rodale Institute, 2008
- ^{79.} 'Earth matters: tackling the climate crisis from the ground up', *Seedling*, outubro 2009, p. 9-16
- ^{80.} C Matos, 'Brasil é 2º mercado para a Monsanto', *Folha de S. Paulo*, 11 de agosto 2010
- ^{81.} 'Brazil largest consumer of pesticides: study', *Agence France Presse*, 17 de abril 2009
- ^{82.} Uma das organizações parceiras da *War on Want* no Brasil, a organização não-governamental AS-PTA, produz regularmente um boletim informativo com análises atualizadas sobre as últimas tramas da indústria de GM no Brasil e outros países. *BOLETIM Por Um Brasil Livre de Transgênicos*; <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/boletim/>
- ^{83.} Saulo Araujo, 'Family farmers feed Brazil' *Grassroots International*, 16 de outubro 2009
- ^{84.} *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, IPEA, 4ª edição, 2010
- ^{85.} Esta seção foi escrita conjuntamente por Jan Rocha e Alex Kawakami após visitarem o assentamento.
- ^{86.} A seção sobre o Sri Lanka baseia-se em um relatório escrito por Lalith Abeyasinghe após visitar Katuwanayaya.
- ^{87.} Dados do Banco Central do Sri Lanka. Ver GH Peiris, *Sri Lanka: Challenges of the New Millennium*. Kandy: Kandy Books, 2006, p. 183
- ^{88.} *Annual Report*. Colombo: Banco Central do Sri Lanka, 2009
- ^{89.} DM Melis, M Abey Suriya & N SILVA (eds.), *Putting Land First: Exploring the Links between Land and Poverty*. Colombo: Centre for Poverty Analysis, 2006
- ^{90.} David Dunham & Saman Kelegama, 'Economic Liberalization and Structural Reform: the Experience of Sri Lanka, 1977–1993'. Haia: Institute of Social Studies, 1994
- ^{91.} NL Sirisena, 'An evaluation of agricultural policy on the paddy sector, 1950–1985', *Sri Lanka Economic Journal*, 1986; GM Henegedara, 'Agricultural Policy Reforms in the Paddy Sector in Sri Lanka: An Overview', *Sri Lanka Journal of Agrarian Studies*, 10/1, 2002, p. 2; S Fernando, artigo sobre Agricultura Camponesa apresentado em encontro na China, 17–21 novembro 2010

- ⁹² 'Rebuilding Sri Lanka for Tourists: A report on the latest situation – Arugam Bay Master Plan', Movimento Nacional por Terra e Reforma Agrária (MONLAR) setembro 2005
- ⁹³ Ibid.
- ⁹⁴ A seção sobre Moçambique é baseada na pesquisa de José da Silva.
- ⁹⁵ *Land grabbing in Kenya and Mozambique: A report on two research missions – and a human rights analysis of land grabbing*. Heidelberg: FIAN International, abril 2010
- ⁹⁶ *The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development*. Human Development Report, 2010; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010
- ⁹⁷ Nazneen Kanji; Carla Braga; Winnie Mitullah, *Promoting Land Rights in Africa: How do NGOs make a difference?* Londres: International Institute for Environment and Development, 2002; Apêndice 2
- ⁹⁸ Jose Negrão, 'Mozambican Land campaign, 1997-1999', artigo apresentado à conferência do Movimento Associativo de Moçambique, Maputo, dezembro 1999
- ⁹⁹ Este ponto foi incluído como garantia às mulheres de que o reconhecimento de direitos costumeiros na legislação de terras não poderia ser utilizado como meio para restringir avanços alcançados na Constituição na questão de igualdade entre os gêneros.
- ¹⁰⁰ *Land grabbing in Kenya and Mozambique: A report on two research missions – and a human rights analysis of land grabbing*. Heidelberg: FIAN International, abril 2010
- ¹⁰¹ 'Moz farmers hurt by land rush', *Agence France Presse*, 15 de outubro 2010
- ¹⁰² Não à violência! Não à repressão! Sim à Soberania Alimentar! Posição da UNAC sobre as manifestações de 1 e 2 de setembro 2010. Maputo, 8 de setembro 2010
- ¹⁰³ Ernest Harsch, 'Women aim to transform Mozambique', *Africa Recovery*, 12/ 4, abril 1999, p. 11
- ¹⁰⁴ Christopher Hill, *The World Turned Upside Down*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975
- ¹⁰⁵ *CAP's impact on productive structures and family-based agriculture in Europe: UK Case Study*. UK Food Group, abril 2010
- ¹⁰⁶ Ver, por exemplo: *A Bitter Cup: The exploitation of tea workers in India and Kenya supplying British supermarkets*. Londres: War on Want, 2010; *Sour Grapes: South African wine workers and British supermarket power*. Londres: War on Want, 2009; *Growing Pains: The human cost of cut flowers in British supermarkets*. Londres: War on Want, 2007
- ¹⁰⁷ *The Supply of Groceries in the UK: Market Investigation*. Competition Commission, final report, abril 2008
- ¹⁰⁸ www.makinglocalfoodwork.co.uk
- ¹⁰⁹ O *croft* é uma pequena unidade de produção agrícola especificada da Escócia.
- ¹¹⁰ Scottish Crofting Federation. 'Crofters applaud peasant protest', Comunicado à imprensa, Scottish Crofting Federation, 17 de April 2009



Publicado: Outubro 2011

Escrito por Sue Bradford.

War on Want
44-48 Shepherdess Walk
Londres N1 7JP
Reino Unido

Tel: +44 (0)20 7324 5040
Fax: +44 (0) 20 7324 5041
Email: mailroom@waronwant.org

www.waronwant.org

Companhia limitada por garantia.
N. de registo: 629916
N. de instituição de caridade: 208724



**SIXTY YEARS
FIGHTING
GLOBAL POVERTY**

War on Want

War on Want luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento em parceria e solidariedade com as pessoas afetadas pela globalização. Nós fazemos campanhas pelos direitos humanos, especialmente os direitos dos trabalhadores, e contra as causas profundas da pobreza global, a desigualdade e injustiça.

Foto da capa: marcha de protesto de La Vía Campesina na Cúpula de Mudança Climática (COP-16) em Cancun, México, Dezembro 2010. Foto: © Archivo do Projectos.

Desenho por www.wave.coop

Este relatório foi produzido com o apoio financeiro do Departamento Britânico por o Desenvolvimento Internacional (DFID – *UK Department for International Development*). O conteúdo do relatório é a única responsabilidade da War on Want e pode, sob nenhuma circunstância, ser considerado como refletindo a posição do DFID.